

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE GEOGRAFIA**

**LIVIA DA SILVA FELTRIN**

**GESTÃO COMPARTILHADA DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL NA  
COLÔNIA DE PESCADORES Z-33, MUNICÍPIOS DE IÇARA E JAGUARUNA (SC).**

**CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2011**

**LIVIA DA SILVA FELTRIN**

**GESTÃO COMPARTILHADA DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL DA  
COLÔNIA DE PESCADORES Z-33, MUNICÍPIOS DE IÇARA E JAGUARUNA  
(SC).**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado para obtenção do grau de  
Bacharel no curso de Geografia da  
Universidade do Extremo Sul Catarinense,  
UNESC, com linha de pesquisa em  
Planejamento e Gestão Ambiental e  
Territorial.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. MSc. Yasmine de Moura  
da Cunha

Co-orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rose Maria  
Adami

**CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2011**

**LIVIA DA SILVA FELTRIN**


**GESTÃO COMPARTILHADA DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL DA  
COLÔNIA DE PESCADORES Z-33, MUNICÍPIOS DE IÇARA E JAGUARUNA  
(SC)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado  
pela Banca Examinadora para obtenção do  
Grau de Bacharel, no Curso de Geografia da  
Universidade do Extremo Sul Catarinense,  
UNESC, com Linha de Pesquisa em  
Planejamento e Gestão Ambiental e  
Territorial.

Criciúma, 02 de dezembro de 2011

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. MSc. Yasmine de Moura da Cunha - Geóloga - (UNESC) - Orientador

  
Prof. Drª. Rose Maria Adami - Geógrafa - (UNIVALI) - Co-orientador

  
Prof. MSc. Marcos Back - Engenheiro Agrônomo - (UNESC)

  
Donato Lucietti - Engenheiro Agrônomo - (EPAGRI)

**Este trabalho é dedicado única e exclusivamente a minha mais sábia educadora, a pessoa que mais amo e admiro nesse mundo: minha mãe, pelos ensinamentos, dedicação e confiança depositada em mim.**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar e especialmente, agradeço a Deus, Senhor supremo e absoluto por guiar sempre meus passos e me dar mais essa vitória.

Agradeço a minha mãe que apesar de não estar mais entre nós, sonhou comigo e segurou minha mão sempre que me senti com medo. Sem o seu auxílio e amparo, não poderia ter chegado aqui.

Meu esposo amado e grande companheiro Renan André Feltrin pelo amor, confiança e apoio nos momentos mais difíceis.

Aos meus familiares por terem torcido por mim, em especial a tia Maria Bordignon por me receber todos os dias com tanto carinho, amizade e um delicioso almoço em sua casa. Muito obrigada.

Aos meus amados sobrinhos Flávia, João Pedro, Arthur, e afilhado Eduardo por serem presentes em minha vida e me auxiliarem nas dificuldades apenas com a presença.

Aos amigos Dulcemar e Élide pelos maravilhosos momentos de amizade e descontração, o meu muito obrigado.

A todos os professores do curso de Geografia pelo conhecimento transmitido nesses anos de caminhada, em especial às professoras e grandes profissionais, das quais tenho grande admiração Rose Maria Adami e Yasmine de Moura da Cunha por tudo que me foi proporcionado, pelas orientações, dedicação, apoio e confiança.

Agradeço a secretária do curso de Geografia Andréia Lobato Gomes pela amizade nesses últimos meses sofridos.

As acadêmicas do curso de Geografia, Ingryd Bianchet e Simone Carvalho da Silva pelo importante auxílio nas entrevistas a campo e a Geógrafa, Cheiene Damázio pelo apoio e dedicação na confecção dos mapas, meu muito obrigado.

Ao Senhor João Pícollo, presidente da colônia de pescadores Z-33, aos pescadores e suas respectivas famílias que contribuíram de várias formas para realização deste trabalho.

Enfim, agradeço aqueles que mesmo não estando citados aqui, sempre acreditaram que no fim, tudo daria certo.

**“No lugarejo mais pobre da Índia há o suficiente para todo mundo, mas em toda a Índia não há o suficiente para a ganância de um só.”**

**Dalai Lama**

## RESUMO

O espaço litorâneo em todo o território brasileiro sofreu diversas modificações por fatores econômicos e sociais. Estas modificações, tais como a crescente apropriação do espaço litorâneo para veraneio e atividades de lazer, a poluição dos recursos naturais e a consequente diminuição dos recursos pesqueiros, resulta na dificuldade de manutenção e permanência na atividade pesqueira artesanal. Como forma de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos pescadores, as colônias de pesca objetivam auxiliar os trabalhadores da pesca artesanal em sua atividade, na gestão da unidade do recurso de uso comum, ou seja, o pescado. O presente trabalho faz a análise do processo de gestão da atividade pesqueira artesanal da Colônia de Pescadores Z-33, com sede no Balneário Rincão, Içara (SC), que abrange as comunidades de Balneário Rincão, Balneário Barra Velha, Pedreiras, Lagoa dos Freitas e Lagoa dos Esteves, em Içara e Balneário Torneiro e Balneário Esplanada, em Jaguaruna (SC). Para entender o processo de gestão aplicada na Colônia de Pesca foram utilizadas duas teorias, a lógica da ação coletiva de Olson (1999), para entender as razões que mantêm os grupos unidos e Ostrom (1990 e 2002) que institui ferramentas para organizações que se autogovernam, baseadas em três princípios: para os recursos de uso comum, para os apropriadores do recurso de uso comum e para a gestão compartilhada. Utilizou-se também entrevistas com alguns envolvidos na colônia de pescadores, análise de documentação da Colônia, saídas a campo e confecção de mapas. Apoiado nas teorias, conclui-se que a Colônia de Pescadores Z-33 apresenta gestão compartilhada da atividade pesqueira artesanal.

**Palavras-chave:** Colônia de Pescadores Z-33. Gestão compartilhada. Apropriação do espaço litorâneo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização das Capatazias da Colônia de Pescadores Z-33, em Içara - SC .....	13
Figura 2 - Mapa de localização das Capatazias da Colônia de Pescadores Z-33, em Jaguaruna - SC .....	14
Figura 3 - Trabalhos de artesanato desenvolvido pelos pescadores da Colônia de Pescadores Z-33 .....	54
Figura 4 - Confecção artesanal de redes de pesca na comunidade de Pedreiras - Içara (SC) .....	55
Figura 5 - Avanço da urbanização sobre áreas de restinga. Balneário Rincão - Içara (SC) .....	57
Figura 6 - Pescadores cuidando de seus apetrechos de pesca na praia. Içara (SC) .....	59
Figura 7 - Lixo jogado nas dunas próximas a Lagoa do Jacaré. Balneário Rincão, Içara (SC) .....	61



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A teoria da ação coletiva de Olson (1999) aplicada na Colônia de Pescadores Z-33.....	47
Tabela 2 - Composição da diretoria da Colônia de Pescadores Z-33 .....	51
Tabela 3 - Composição das Capatazias da Colônia de Pescadores Z-33 .....	51
Tabela 4 - Número de domicílios e população residente nas comunidades de abrangência da Colônia de Pescadores Z-33 .....	56
Tabela 5 - A teoria para que as organizações se autogovernem aplicada na Colônia de Pescadores Z-33 .....	65

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

COOPAFI – Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

CEPSUL - Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral  
Sudeste e Sul

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CPP - Comissão Pastoral dos Pescadores

CTA - Centro de Tecnologia Agrícola

CPR - Common Pool Recurces

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

ACARPESC - Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina

EMPASC - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina

IASC - Instituto de Apicultura de Santa Catarina

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 OBJETIVO .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Objetivo geral .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 Objetivos específicos .....</b>	<b>15</b>
<b>3 OS GRUPOS SOCIAIS E A PESCA ARTESANAL.....</b>	<b>16</b>
<b>3.1 A organização dos grupos sociais na gestão dos recursos de uso comum</b>	<b>16</b>
<b>3.2 A organização dos grupos sociais voltados à atividade pesqueira artesanal .....</b>	<b>27</b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>40</b>
<b>5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>42</b>
<b>5.1 Caracterização da área de estudo .....</b>	<b>42</b>
<b>5.2 A Colônia de Pescadores Z-33 .....</b>	<b>46</b>
<b>5.3 A gestão dos recursos de uso comum da Colônia de pescadores Z-33 .....</b>	<b>52</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço litorâneo em que os pescadores exercem seu poder tanto no espaço terrestre, quanto aquático. Com este poder, os pescadores interagem na paisagem litorânea, por meio do processo de ocupação e no ambiente aquático, pelo intenso uso da unidade do recurso de uso comum. Estas interações dos pescadores com o espaço são baseadas no conhecimento do ambiente que o cerca e dos ciclos da natureza e fazem com que os pescadores sejam os construtores e/ou reconstrutores do seu território. Esse processo de construção do espaço foi determinado desde o período de colonização vicentista e posteriormente açoriana, com o predomínio de uma população que vivia do cultivo de produtos de baixo valor aquisitivo e da pesca simples como forma de complementar a subsistência familiar.

No território pesqueiro, tanto em terra firme quanto no mar, existem juntamente aos pescadores artesanais, outras formas de apropriação do espaço. Dentre elas estão à atividade da pesca industrial e o uso do espaço para veraneio. A crescente transformação desses espaços que eram utilizados primordialmente pelos pescadores, a concorrência com a pesca industrial, somada a poluição dos recursos hídricos e a diminuição dos recursos pesqueiros, em função da poluição e da captura excessiva, sem preocupação com a subtração da unidade do recurso disponível para os outros usuários.

Em Santa Catarina, na atividade pesqueira, segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) (SANTA CATARINA, 2007), existem em média 25 mil pescadores artesanais, atuando no Estado, sendo estes responsáveis por 30% da produção de pescado. Mesmo diante dessa produção, considerada razoável, os problemas relacionados a esta atividade dificultam a gestão e manutenção das colônias pesqueiras.

Estas dificuldades trazem diversas transformações tanto na atividade pesqueira, como no meio social dos grupos de pescadores artesanais. Uma das alternativas para evitar a escassez da unidade do recurso de uso comum, vista pelos autores como Diegues (1983), Ostrom (1990 e 2002) e Rebolças, Filardi e Vieira (2006), é a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Para os autores,

um importante desafio das organizações que utilizam recursos de uso comum, são mecanismos para gestão, que é necessária para decisões a respeito dos limites dos usuários na apropriação do recurso de uso comum, no caso da pesca, o número de capturas, os instrumentos utilizados, entre outros.

As áreas litorâneas catarinenses enfrentam diversos problemas relevantes ao estudo e o quadro das comunidades pertencentes à Colônia de Pescadores Z-33 não difere dessa realidade.

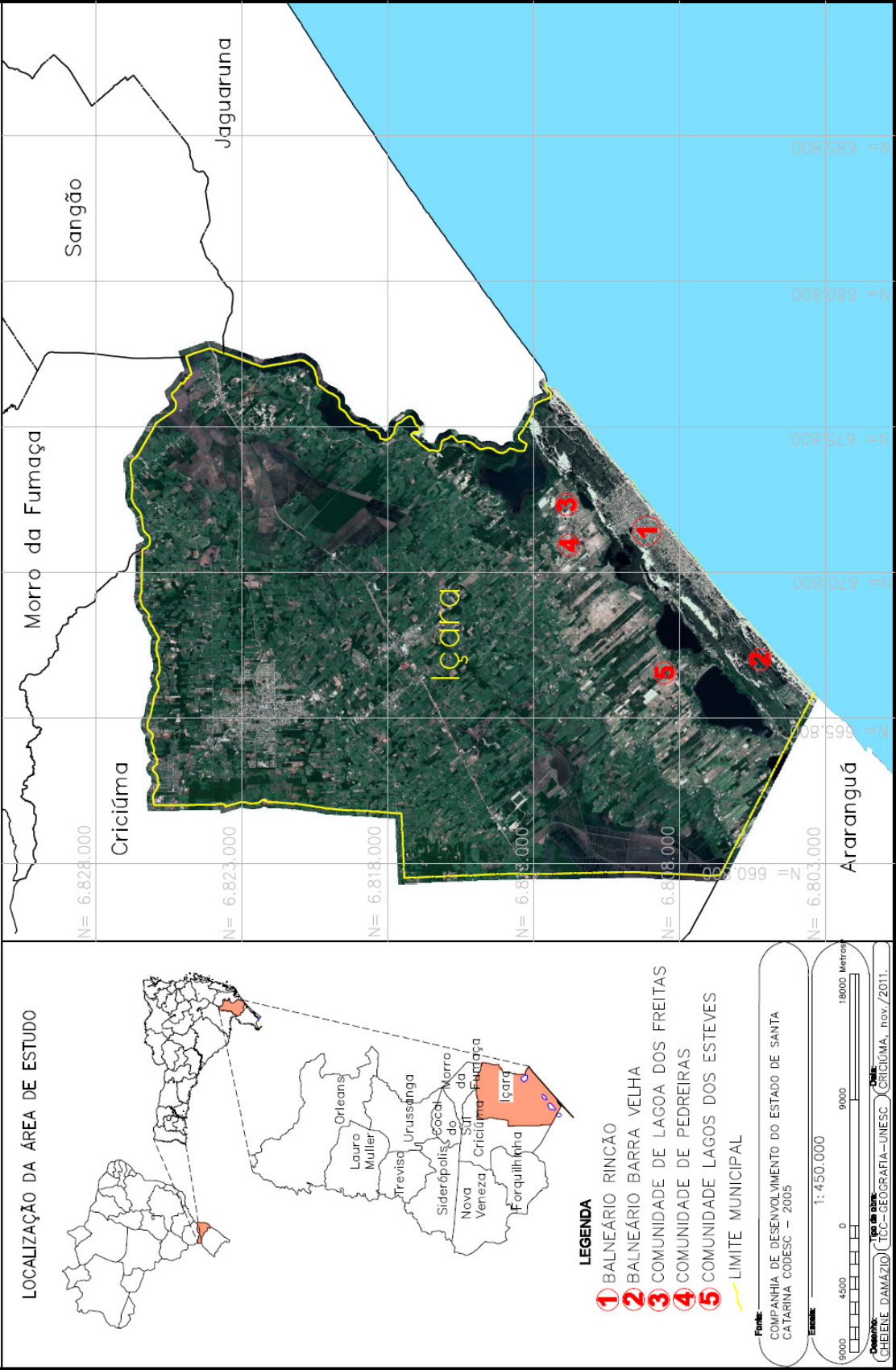
A Colônia de Pescadores Z-33, com sede no balneário Rincão (Içara) que abrange as comunidades de Lagoa dos Freitas, Lagoa dos Esteves, Balneário Rincão, Balneário Barra Velha, Pedreiras em Içara (Figura 1), e os balneários Esplanada e Torneiro (Figura 2), município de Jaguaruna, e, no Extremo Sul Catarinense, assim como outras associações de pesca, sofrem com problemas relacionados à apropriação do espaço litorâneo e outros relacionados a atividade pesqueira.

Muitas áreas antes conhecidas por suas belezas naturais e suas comunidades tradicionais, dentre elas destacando as comunidades de pescadores artesanais, aos poucos são substituídas por casas de veraneio, prédios, hotéis e restaurantes para atender os turistas e veranistas. Além disso, as comunidades litorâneas enfrentam problemas relacionados à escassez, tanto dos recursos hídricos quanto das unidades do recurso, o qual provém a sua renda.

Diante das dificuldades encontradas para gerenciar a atividade pesqueira artesanal surgiu a pergunta principal da pesquisa: ***De que forma os pescadores artesanais da Colônia Z-33 se organizam para viabilizar a atividade, utilizando um recurso de uso comum?***

Frente aos problemas enfrentados pelas comunidades de pesca, este trabalho analisa o processo de gestão da atividade pesqueira artesanal da Colônia de Pescadores Z-33, localizada nos municípios de Içara e Jaguaruna, no extremo sul catarinense. Para chegar a este resultado, foram desenvolvidas algumas ações, como compreender e analisar os critérios utilizados para organização dos pescadores; identificar a existência de entidades que garantem a manutenção da atividade pesqueira na Colônia; identificar as causas dos conflitos da atividade pesqueira como recurso compartilhado existentes na Colônia.

Figura 1: Localização das Capatazias da Colônia de Pescadores Z-33, em Içara-SC





## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar o processo de gestão da atividade pesqueira artesanal da Colônia de Pescadores Z-33, municípios de Içara e Jaguaruna (SC).

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

2.2.1 Compreender e analisar a forma de apropriação dos espaços produtivos pelos pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z33.

2.2.2 Compreender e analisar os critérios utilizados para organização dos pescadores e a gestão da atividade pesqueira na utilização de um recurso de uso compartilhado na Colônia de Pescadores Z33.

2.2.3 Identificar a existência de entidades que garantem a manutenção da atividade pesqueira da Colônia de Pescadores Z33.

2.2.4 Identificar as causas dos conflitos da atividade pesqueira como recurso compartilhado existentes da Colônia de Pescadores Z33.



### **3 OS GRUPOS SOCIAIS E A PESCA ARTESANAL**

O objetivo da fundamentação teórica deste trabalho é discutir como os indivíduos se vinculam uns aos outros e constituem grupos sociais com o intuito de obter algo desejado por todos os indivíduos. Para fomentar esta discussão, a fundamentação foi dividida em dois momentos: a princípio, discuti-se a teoria elaborada por Olson (1999) da “Lógica da Ação Coletiva”, em que o autor define seis itens básicos para entender como os indivíduos se aproximam no intuito de se organizar em prol de bem público. Esta teoria serviu de base para outros autores fomentarem a discussão da gestão dos recursos de uso comum pelas organizações sociais que se autogovernarem de forma compartilhada. No segundo momento, foi discutida a forma de organização dos grupos sociais voltada a atividade pesqueira no Brasil e em Santa Catarina.

#### **3.1 A organização dos grupos sociais na gestão dos recursos de uso comum**

Desde os primórdios da história da humanidade, as pessoas unem-se e formam grupos com a finalidade de alcançar um objetivo almejado por todos os seus participantes. Deste modo, segundo Lane (1997b), mesmo a linguagem teve origem com o objetivo de cooperação entre os indivíduos e como forma de garantir a sobrevivência do grupo social. Para a autora, a formação de grupos é algo necessário e fundamental para todo indivíduo, visto que, as transformações na sociedade só podem ocorrer quando os indivíduos formam grupos. Para que os grupos sociais possam funcionar da forma desejada, Rodrigues (1999) sugere que tenham regras a ser seguidas por todos os seus membros, independente do tamanho do grupo, isto é, todos os indivíduos do grupo devem partilhar o mesmo comportamento.

Como exemplo desse comportamento grupal, Diegues (2001), aponta os grupos formados por comunidades tradicionais, que possuem suas próprias simbologias e mitos que estão relacionados ao espaço geográfico, em que há segundo Euzebio (2010, p. 18) “interação dos aspectos humanos em conjunto com os aspectos físicos utilizados e/ou transformados pela sociedade”. Esses grupos são diferenciados pela percepção do espaço que se relacionam, no qual foi

passado em gerações, e essa percepção permite uma relação alicerçada na sustentabilidade ambiental (RODRIGUES, 1999). Essa inter relação do homem com o espaço dos grupos de pesca, passada em gerações, pode ser classificado como cultura de determinado grupo social. Isso porque no mesmo pensamento de Max Weber, Geertz (1989), salienta que o indivíduo está ligado a teia de significado criada pela sociedade que ele faz parte e que esta possui sentido próprio. O autor define cultura como sendo as teias citadas, visto que os sentidos próprios não vão à busca de dados que comprovem suas leis, mas é considerada um conhecimento interpretativo, em busca de um significado.

Olson (1999) desenvolveu um estudo sobre o comportamento de indivíduos racionais e suas formas de organização em grupos com interesses na obtenção de benefícios coletivos. Neste trabalho, o autor formulou a teoria da “A Lógica da Ação Coletiva” aplicada às grandes organizações econômicas que possuem interesses em comum, na obtenção de um mesmo benefício. Segundo o autor, o processo de diversidade social, conseqüentemente, gera focos de interesses particulares originados pela inserção dos indivíduos na estrutura da sociedade. Os indivíduos de um determinado grupo não agem em prol de um objetivo comum, a menos que haja coerção.

A teoria proposta emprega as categorias de bem coletivo, tamanho do grupo, incentivos seletivos para interpretar a apropriação dos recursos, e também para prognosticar modelos de gestão, baseados em novos formatos institucionais. Para aplicar a teoria da Lógica da Ação Coletiva, Olson (1999) baseou-se em seis itens: (a) Objetivo da Organização, (b) Benefícios Públicos e Grandes Grupos, (c) Teoria Tradicional dos Grupos Sociais, (d) Grupos Pequenos, (e) Grupos Exclusivos e Inclusivos, (f) Taxionomia dos Grupos.

O primeiro item da teoria do autor destaca que para estudar as organizações dos grupos sociais é necessário entender o objeto de interesse comum de seus membros. O objeto de interesse compartilhado entre seus membros faz com que estes permaneçam unidos enquanto grupo social, ou seja, as organizações sociais existem para promover o interesse de seus membros. Isso não quer dizer que em uma organização social não exista indivíduos que buscam interesses pessoais, diferentes dos membros da mesma organização, ou seja, o

interesse comum entre os indivíduos de um grupo, não limita a situação de que um indivíduo busca o seu benefício próprio.

A idéia de que grupos sempre agem supostamente para promover seus interesses é supostamente baseada na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesse pessoal, individual. Se os indivíduos integrantes de um grupo altruisticamente desprezassem seu bem estar pessoal, não seria muito provável que em coletividade eles se dedicassem a lutar por algum egoístico objetivo comum ou grupal (OLSON, 1999, p. 13-14).

Cada indivíduo membro de um grupo social, antes de pertencer a um grupo e agir de forma a contribuir na obtenção do interesse comum de seus membros, está inserido neste grupo, a favor de algum benefício individual. Isso ocorre, segundo Geertz (1989), porque apesar da cultura humana modelar as pessoas como seres únicos, a mesma também os modela como seres individuais e essa individualidade é que aproxima as pessoas e as tornam seres com afinidades em comum. Para o autor, as organizações sociais têm como objetivo principal, supostamente, alcançar o interesse comum entre todos os seus membros, e por isso desempenham função importante na sociedade. O desenvolvimento de uma ação com objetivo comum, nada mais é do que a forma de alcançar um propósito de interesse individual, pois o objetivo comum a ser alcançado favorecerá cada indivíduo, e por isso todos agirão para alcançar esse objetivo.

Para fundamentar a lógica da organização dos grupos sociais, Olson (1999, p.18) se baseia na ideia de Aristóteles em que “os homens cumprem sua jornada unidos tendo em vista uma vantagem particular e como meio de prover alguma coisa particular necessária aos propósitos da vida [...]”.

No segundo item analisado, Olson (1999) faz distinção entre interesses individuais e coletivos, baseado no tamanho das organizações, a fim de prover um bem público. Para o autor, nos grandes grupos organizacionais, em função da incompatibilidade de interesses individuais existe dificuldade de alcançar objetivo comum a todos os membros, pois quanto maior o grupo, maiores serão os interesses individuais. Este quadro leva a existência da formação de vários grupos dentro de uma mesma organização, em que os participantes que dispõem de maior recurso explorem os outros integrantes do grupo.

Os indivíduos pertencentes às grandes organizações, segundo Olson (1999) estão em uma posição na qual seus esforços individuais não serão

percebidos no grupo como um todo, pois mesmo não colaborando de forma significativa para alcançar os objetivos todos do grupo desfrutarão das vantagens obtidas. Para exemplificar, o autor salienta que o grande número de empresas envolvidas em determinado mercado competitivo fica difícil notar a diferença de preço se apenas uma das empresas envolvidas aumentar sua produção. Dessa forma, nenhuma empresa irá modificar seus planos econômicos em decorrência deste aumento e o impacto também não será percebido se a organização perder um de seus contribuintes.

No terceiro item, Olson (1999) argumenta que na teoria tradicional o comportamento dos grupos sociais que compõem os setores privados e as associações difere dos grupos que pertencem às organizações empresariais e do Estado. O autor fez diferenciação entre as várias visões da teoria tradicional utilizando duas variantes básicas: a informal e a formal. Na variante informal, a formação de grupos e organizações é algo presente em todos os lugares da sociedade e isso ocorre porque o indivíduo possui inclinação a unir-se e pertencer a determinado grupo, independente do seu tamanho. Na variante formal, as características destes grupos são distintas, ou seja, os indivíduos se unem por motivos relacionados a interesses comuns. Exemplo disso seriam as organizações, grandes ou pequenas, criadas para alcançar interesses coletivos que favorecem os membros do grupo.

O quarto item analisado, Olson (1999), avalia o comportamento grupal e percebe que há dificuldade de analisar os grupos segundo o seu tamanho, pois cada membro do grupo social atribui valores diferentes ao bem público<sup>1</sup> desejado por todos. Para o autor, o tamanho do grupo não depende somente do número de pessoas, mas do valor que cada indivíduo confere a unidade do bem público, ou seja, a parte subtraída deste bem público. Isso ocorre, pois cada integrante atribui maior ou menor valor a bem almejado pelo grupo como um todo.

O tamanho do grupo social assim como a homogeneidade dos objetivos são, para o autor, pontos chaves para se alcançar a ação coletiva. A partir desta análise, Olson (1999) considera os grupos pequenos mais eficientes e coesos se comparados aos grandes grupos, visto que os grupos pequenos geralmente

desempenham importante papel frente às organizações, pois apresentam maior probabilidade de coesão. Esta opinião é compartilhada em partes por Ostrom (2002) e por outros pesquisadores quando o assunto é o tamanho dos grupos que administram os recursos de uso comum.

Muitos estudiosos concluíram que apenas grupos muito pequenos podem se organizar efetivamente porque eles presumem que o tamanho está relacionado à homogeneidade de um grupo e que a homogeneidade é necessária para iniciar e sustentar um auto-governo (BALAND & PLATTEAU, 1996 *apud* OSTROM, 2002, p. 12).

Nos grandes grupos, Olson (1999) considera que as vantagens conduzidas ao grupo não são automaticamente para cada indivíduo do grupo, mas sim ao grupo como um todo. Isso quer dizer que os participantes de grandes grupos, não exercem maiores esforços individuais, visto que pelo fato do grupo conter grande número de participantes, o esforço individual não trará maiores benefícios no resultado final. Esta ideia complementa o item dois da teoria da ação coletiva, quando o autor faz distinção entre interesses individuais e coletivos baseado no tamanho do grupo.

Quando uma parceria tem muitos membros, o parceiro individual nota que seu próprio esforço ou contribuição não afetará muito o desempenho grupal e espera obter sua parcela preestabelecida dos ganhos tanto se contribuir quanto se não contribuir com tudo o que poderia ter contribuído (OLSON, 1999, p. 67).

No quinto item, Olson (1999) difere os grupos exclusivos e inclusivos na entrada e saída de membros nos grupos já instituídos no contexto social. Para o autor, existe resistência na entrada e saída de novos indivíduos num grupo já formado. A resistência (exclusão) na entrada de novos indivíduos num determinado contexto econômico formam grupos considerados de exclusão, pois consideram que a entrada de um novo indivíduo no grupo gerará competitividade e maior divisão nos lucros. Esta realidade se diferencia quando o contexto visa a um benefício coletivo, pois quanto maior o número de membros incluídos (inclusão), em busca de interesses comuns, maiores serão os resultados obtidos pelo grupo. Isso significa que a exclusividade ou inclusividade do grupo depende unicamente do objetivo de interesse em determinado contexto e situação.

---

<sup>1</sup> Um bem público é compartilhado por dois ou mais usuários, não sendo possível que nenhum usuário exclua o direito de uso de outros indivíduos, todos podem usufruir deste bem (FERNANDES e GARRIDO, 2002).

Entretanto, para o autor, um mesmo grupo social dependendo do contexto em que se encontra ou do interesse do grupo em determinado momento, pode ser tanto exclusivo quanto inclusivo de acordo com seu interesse. O autor, numa visão econômica, exemplifica essa realidade por meio de uma empresa no mercado competitivo:

As empresas de um determinado setor industrial poderiam ser um grupo exclusivo quando buscassem um preço mais alto para o produto de seu setor restringindo sua produção, mas seriam um grupo inclusivo, e angariariam todo o apoio possível, quando perseguissem uma redução de tributos, ou uma alíquota favorável, ou qualquer outra mudança na política do governo (OLSON, 1999, p. 51)

Para concluir sua análise, Olson (1999), tendo como base a produção de bens públicos classifica os grupos em privilegiados, intermediários e latentes, levando em consideração o tamanho dos grupos e o “incentivo seletivo”. O autor considera os grupos “privilegiados”, aqueles em que cada membro do grupo ou ao menos um indivíduo do grupo tem algum incentivo para que se esforce no provimento do benefício comum, mesmo que tenha de arcar sozinho com os custos de produção do benefício pleiteado. Nesses grupos, o autor destaca que o bem comum poderá ser obtido sem nenhuma organização ou coordenação. Os grupos “intermediários” são classificados por Olson (1999) como um grupo em que nenhum indivíduo participante recebe incentivo individual para obtenção do benefício, ou seja, os indivíduos não estão dispostos a incorrer sozinho com os custos de produção dos benefícios do grupo. O autor considera também como um grupo que não possui muitos membros, visto que a falta de contribuição individual será percebida pelos outros membros terá efeito sobre os custos e benefícios dos outros indivíduos. Nesse tipo de grupo, o benefício não será provido caso não haja coordenação ou organização.

Nos dois grupos descritos acima, o autor salienta que podem existir alguns grupos inclusivos que consideram as reações dos outros indivíduos do grupo em relação às atitudes na hora da tomada de decisões. Estas são circunstâncias em que a dependência grupal é recíproca, reconhecida por todos os membros do grupo. Esta influência (dependência) recíproca é importante quando o grupo é pequeno o suficiente para que seus membros percebam a diferença na mudança de atitude de um dos membros, pois a mudança resultará na resistência por parte do restante de indivíduos em contribuir em prol do benefício grupal, o que

fará com que este bem coletivo deixe de ser fornecido. Da mesma maneira, o autor acrescenta que se o membro do grupo que desencadeou este processo perceber o problema que irá causar, talvez, o indivíduo tenha uma atitude diferente, visto que também será prejudicado se o benefício coletivo não for adquirido.

Apesar da interdependência dos membros em grupos pequenos, Olson (1999) considera que relacionar o tamanho do grupo com a importância de cada indivíduo não é tarefa fácil. Isto porque, os grupos que possuem membros com interesses variados por um benefício comum que é compensador aos indivíduos, terá maior possibilidade de adquirir o benefício comum. Diferente de grupos com o mesmo número de participantes, mas que não são considerados inclusivos.

No grupo denominado pelo autor de grupo “latente”, considerado como um grupo grande, o fato de um membro do grupo auxiliar ou não na busca pelo benefício coletivo, não atingirá os outros indivíduos do grupo. Assim, nenhum membro do grupo fará maior esforço no provimento do benefício, visto que se não houver nenhuma contribuição do membro, o grupo não reagirá. Nos grupos com essas características, o bem coletivo não será provido ao menos que haja outro tipo de incentivo que estimule os membros do grupo a atuar de forma coletiva.

O autor salienta que existem três fatores que impossibilitam o provimento dos interesses dos grandes grupos. O primeiro fator está relacionado à divisão do ganho total nos grupos grandes, pois quanto maior for o grupo, menor será o ganho total para cada indivíduo. O segundo fator está relacionado à interação grupal, pois em grupos grandes, a possibilidade de interação entre seus membros, o que dificultará na obtenção do bem comum. O terceiro fator está relacionado com a dificuldade na obtenção do benefício comum, pois nos grupos grandes existem dificuldades maiores na organização dos grupos, uma vez que estes grupos são menos coesos, fato que dificulta o provimento do benefício.

Olson (1999, p.58) evidencia ainda que nenhum grupo alcança o benefício coletivo “sem algum acordo, coordenação ou organização grupal”. Porém, quanto maior o número de membros do grupo, maior a necessidade de manter acordo ou organização, visto que quanto maior for o grupo, menor será a interação entre seus membros e consequentemente o acordo que auxiliaria no alcance do benefício coletivo.

A teoria da ação coletiva proposta por Mancur Olson, em suma, baseia-se nos interesses individuais e coletivos dos pequenos e grandes grupos sociais, visando à organização do bem público. O autor mostra as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos de buscar um entendimento de prover um bem público de forma coletiva. E, defende a ideia de que para atingir a ação coletiva, o grupo social tem que ser relativamente pequeno e deve haver homogeneidade de interesses e objetivos. Esta teoria foi utilizada por vários pesquisadores para fundamentar as diversas organizações de grupos sociais com interesses voltados ao bem comum, entre eles Ostrom (1990 e 2002) e Silva Filho (2002).

Ostrom (1990 e 2002), utilizou a teoria da Lógica da Ação Coletiva de Olson (1999), na tentativa de desenvolver ferramentas para compreender as capacidades e limitações das instituições auto-governadas na regulamentação dos recursos de uso comum, definidos pela autora como sistemas naturais utilizados por vários indivíduos. A autora até considera que o tamanho e a heterogeneidade são variáveis importantes na organização das estruturas de gestão compartilhada para os recursos de uso comum. Entretanto, avalia que é preciso entender como estas duas variáveis afetam a outras, por meio de seus impactos sobre o cálculo de custo-benefício realizado pelos envolvidos no momento de negociar e manter os acordos.

Ostrom (1990 e 2002) embasada na teoria da Lógica da Ação Coletiva dos envolvidos – apropriadores e provedores e utilizando o conhecimento de campo de outros estudiosos de recursos de uso comum, principalmente de estudos voltados a atividade pesqueira, sugere alguns requisitos tanto para os recursos quanto para os apropriadores deste recurso. Com os requisitos sugeridos, a autora acredita que ocorram probabilidades das organizações sociais que administram e/ou gerenciam os recursos de uso comum se autogovernarem de forma mais compartilhada.

A gestão compartilhada, que é definida por Lee *et al.* (2008) como uma administração realizada de forma conjunta e participativa, a fim de regular o uso do recurso. Gerir um bem, para Vieira (2005, p.367), “é gerir em função de uma solidariedade sincrônica (com as gerações atuais) e diacrônica (com as gerações futuras)”.



Para Ostrom (1990 e 2002), os requisitos sugeridos para evitar as perdas sociais associadas com os recursos de uso comum de livre acesso seriam:

- a) Aprimoramento aceitável das condições do recurso, ou seja, as condições do recurso não estão em ponto de deterioração tal que seja inútil organizar, ou tão subutilizada que pouca vantagem resulte da organização;
- b) Indicadores confiáveis e válidos das condições do sistema de recurso estão frequentemente disponíveis a um custo relativamente baixo;
- c) a previsibilidade do fluxo das unidades de recurso;
- d) conhecimento por parte dos apropriadores dos limites do recurso de uso comum.

Assim como os recursos, a autora também faz algumas sugestões para os apropriadores do recurso de uso comum, ou seja, os apropriadores necessitam da observação de seis requisitos para as organizações que se autogovernam sejam bem sucedidas:

- a) necessidade do recurso para a sua sobrevivência;
- b) entendimento comum por parte dos apropriadores de que o recurso é de uso comum, o uso excessivo do recurso afeta outros usuários e o entendimento do funcionamento do sistema do recurso;
- c) baixa taxa de desconto em relação aos benefícios futuros que obterão do recurso;
- d) o respeito entre os usuários e o comprometimento dos mesmos no cumprimento das regras estabelecidas;
- e) a capacidade dos apropriadores em se organizarem e estabelecerem suas regras sem a intervenção externa;
- e f) experiência de organização anterior dos apropriadores e liderança local, ou seja, os apropriadores necessitam aprender os instrumentos básicos da organização, seja por meio de conhecimento prévio ou pela participação em outras associações locais.

A autora salienta que alguns desses requisitos são modificados conforme a arte de governar de cada grupo social ao longo do tempo. Alicerçada nestes requisitos, a autora acredita que organizações sociais têm capacidade de se organizar para implementar objetivos comuns, pois as instituições estabelecem as regras que controlam o recurso. Quando esses grupos se preocupam com o manejo dos recursos naturais, existe a probabilidade de que os participantes estabeleçam regras mais eficazes para esse manejo. Porém, cada recurso de uso comum apresenta uma situação bastante específica, por isso seria impossível elaborar teorias e modelos generalizados para todos os casos.

Diante desses requisitos, Ostrom (1990 e 2002), aponta oito princípios básicos para que gestão compartilhada dos recursos de uso comum seja bem

sucedida: (1) limites territoriais definidos, ou seja, identificação de forma clara dos recursos a serem explorados e a delimitação territoriais dos recursos; (2) coerência entre as regras estabelecidas e os custos impostos aos apropriadores e também às condições locais; (3) modificação das regras para escolhas coletivas, isto é, todos os apropriadores devem receber informação sobre os benefícios e custos dos recursos para que possam se adaptar as regras disponíveis. A criação de mecanismos de comunicação para divulgação e acesso às informações direcionadas aos diferentes públicos envolvidos, promove a participação efetiva dos atores envolvidos no processo de gestão participativa; (4) monitoramento ou acompanhamento por parte dos apropriadores do recurso, seja para verificar as condições dos recursos ou para fiscalizar o comportamento de outros apropriadores no caso de alguns burlarem as regras pré-estabelecidas, com intuito de receber benefícios maiores em detrimentos aos demais apropriadores; (5) sistema de sanções aos apropriadores que violarem as regras pré estabelecidas, aplicado pela própria organização de usuários do recurso. A participação dos atores sociais na tomada de decisões e/ou elaboração de regras mesmo punitivas é fundamental, pois somente se tornam co-responsáveis aqueles que se sentem participantes de todo o processo. (6) mecanismos para solução de conflitos entre os apropriadores; (7) reconhecimento mínimo dos direitos de planejar suas instituições e se organizar sem serem contrariados por autoridades governamentais; (8) autonomia para iniciativas articuladas em diferentes níveis, ou seja, fiscalização, punição, resolução de conflitos e gestão. O fator fundamental para implantação da gestão de recursos naturais é a descentralização das decisões, pois facilita a solução de problemas de gestão em âmbito local e regional.

As ferramentas reguladoras dos recursos de uso comum definida por Ostrom (1990 e 2002) foram formuladas utilizando também a teoria de Hardin (1968) sobre a “Tragédia dos Comuns”. Nesta teoria, Hardin (1968) utilizou uma paródia da coletividade de um pasto de livre acesso (“pastos comuns”) para destacar a divergência entre racionalização individual e coletiva no uso excessivo deste pasto quando não administrado por nenhuma pessoa ou instituição. A paródia chama a atenção para exploração dos recursos naturais e a queda da rentabilidade na propriedade, tendo em vista o crescimento populacional dos animais.

A teoria da “Tragédia dos Comuns” tem uma visão pessimista dos usuários do recurso. Não leva em consideração que os usuários podem mudar de opinião quando perceberem que o uso excessivo levará a escassez e também ignora a relação social que se estabelece pelo uso do recurso. Portanto, a teoria leva a entender que as soluções para o uso do recurso devem ser impostas sobre os usuários por uma autoridade externa.

Para Ostrom (1990 e 2002), a discussão da “Tragédia dos Comuns” juntamente com a “A Lógica da Ação Coletiva” estão intimamente relacionados a modelos que definem o comportamento do indivíduo em determinados grupos sociais para atingir benefícios coletivos. Além disso, as duas teorias são modelos interessantes para descreverem aspectos importantes de problemas sociais e econômicos que ocorrem em todas as partes do mundo.

O foco de análise de Ostrom (1990 e 2002) é evitar a “tragédia” dos recursos de uso comum, chamados de *Common Pool Resources (CPRs)*, que é um termo empregado para recursos naturais (a água, por exemplo) ou recursos construídos (sistema de irrigação, entre outros), cuja característica principal é o acesso (exclusão) e o uso coletivo (subtração e/ou a apropriação).

Os recursos de uso comum compartilham duas características básicas no quesito uso: (i) a exclusividade ou o controle de acesso de usuários é sempre problemático (exclusão); e (ii) a subtração das unidades de recursos explorada por um indivíduo deixa de estar disponíveis a outros – como bens privados, são subtraíveis ou concorrentes no consumo e, portanto, podem ser exauridas (MCKEAN e OSTROM, 2001; FEENY *et al.*, 2001; BERKES, 2005). Baseado nestas características, os recursos de uso comum são definidos como uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso compartilhado envolve subtração (FEENY *et al.*, 2001).

Os modelos utilizados para organização dos grupos sociais que utilizam os recursos de uso comum apresentados por Ostrom (1990) identificam dois aspectos específicos dos bens propensos à tragédia: o objeto (ambiente) e o sujeito (atores sociais). O ambiente físico (objeto da tragédia) apresenta duas partes do objeto: (i) os recursos renováveis ou não renováveis, que produzem um fluxo de unidades para o beneficiário e permitem, em condições favoráveis, a produção de um máximo de unidades de um recurso sem comprometer o estoque

original (*sistema da fonte*); e (ii) as unidades de um recurso que cada beneficiário utiliza (*unidades da fonte*), ou no caso da pesca, a quantidade do pescado absorvido do corpo d'água ou do mar.

Os atores sociais (sujeitos), segundo Silva Filho (2002), atuam sobre o ambiente de forma direta ou indireta e são divididos por suas ações sobre o meio ambiente, como (i) os *apropriadores*, que apropriam-se das unidades da fonte; e (ii) os *provedores*, que fornecem meios legais (estrutura física e leis) para esta apropriação. As ações e decisões dos atores sociais – apropriadores e provedores – são fundamentais para concretizar ou não a “tragédia” de um recurso de uso comum.

Silva Filho (2002) acredita que a tragédia pode se concretizar a partir da decisão de um apropriador de excluir de outros as “unidades do recurso” pela retirada de seu estoque, no caso o “sistema da fonte”. O mesmo processo acontece com os provedores, responsáveis pela regularização da atividade e/ou estrutura, quando emitem uma informação equivocada ou omitem esta informação, decisão que viabiliza a tragédia dos apropriadores.

A efetivação da tragédia ou a proximidade dela gera uma situação de conflito<sup>2</sup> de uso entre os apropriadores do recurso de uso comum, em função de duas características (exclusão e subtração) baseadas em McKean e Ostrom (2001), Feeny *et al.* (2001), Berkes (2005). Na primeira característica, o conflito se origina quando um usuário exclui o direito do outro ao acesso ao recurso. Na segunda, ocorre o conflito quando um apropriador subtrai grande quantidade da unidade do recurso, como se este fosse um bem privado, não o disponibilizando para outros.

### **3.2 A organização dos grupos sociais voltados à atividade pesqueira artesanal**

Um dos recursos de uso comum mais utilizado pela sociedade e conseqüentemente mais passível de discussão e conflito é a água. A definição de

---

<sup>2</sup> Conflitos são definidos por Durozoi e Roussel (1999, p. 101-102) como “qualquer oposição marcada, eventualmente violenta, entre poderes de tendências contraditórias que pretendem exercer seu domínio no mesmo campo”.

recurso de uso comum traz a premissa de que a água é um recurso natural explorado desde os primórdios da humanidade pelo fato de ser um recurso de interesse coletivo, seja para a sobrevivência humana ou para outras espécies.

Isso ocorre porque, segundo Petrella (2002), a água não é um recurso passível de substituição, portanto, a água é um bem vital a todas as espécies. E, pelo menos para a espécie humana existe o direito garantido pela Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997) de que a água é um bem de domínio público de uso comum, ou seja, todos têm o mesmo direito de acesso ao recurso.

Entretanto, apesar da sua capacidade de estocagem, a água é um recurso natural que se encontra cada vez mais escasso. Essa escassez se agrava com a poluição e o crescimento populacional desenfreado, fazendo com que a disponibilidade da água, considerada de boa qualidade, seja cada vez menor para todas as espécies (FERNANDEZ e GARRIDO, 2002).

A atividade pesqueira é uma das atividades econômica que sofre com a poluição das águas tanto dos rios e lagos, quanto do mar. Esta atividade, em especial a pesca artesanal ou tradicional, é considerada bastante antiga em todo o território brasileiro, tanto no litoral quanto no interior dos estados, sob o ponto de vista econômico, assim como a agricultura e a pecuária (ABDALLAH e BACHA, 1999 *apud* SEVERO e MIGUEL, 2007). Embora seja uma atividade antiga, a pesca ainda se destaca como a principal fonte de renda para muitas famílias de diversas comunidades litorâneas e dos rios do interior do Brasil, como relata Rebolças, Filardi e Vieira (2006):

No Brasil, a maior parte da frota pesqueira é artesanal e responde por até 60% do total das capturas (CNIO, 1998). Com base em dados do IBGE, CARDOSO (2001) observa que, no início dos anos 1990, a pesca artesanal respondia por mais de 50% da produção nacional e por mais de 75% do valor gerado pelo conjunto das atividades pesqueiras (REBOLÇAS, FILARDI E VIEIRA, 2006, p.85).

Apesar de ser uma atividade praticada desde o início da colonização do Brasil, a pesca só foi regulamentada de acordo com Cruz *et al.* (1993) e Lourenço *et al.* (2003, *apud* CAVALCANTE, 2011, p.18), no início do século passado, no ano de 1920, pela marinha brasileira. Cardoso (2001), também compartilha com essa ideia ao analisar o setor pesqueiro no Brasil e considera que o Estado realiza três encaminhamentos que levam ao atual modelo de gestão da atividade pesqueira. Para o autor, o primeiro encaminhamento foi a criação da marinha de guerra

brasileira, que atrelou na sua organização os pescadores brasileiros por meio da criação de colônias, federações e confederação nacional de pescadores.

Após a primeira guerra mundial, segundo Cavalcante (2011), as comunidades pesqueiras brasileiras foram divididas em agrupamentos designados “zonas” e todas as colônias criadas levaram a letra “Z” no seu nome. Para o autor, essas colônias foram criadas com objetivo de defender, povoar e ocupar a costa brasileira, pois se acreditava que os pescadores seriam o grupo mais indicado para a função, já que possuem conhecimentos tradicionais do espaço litorâneo. Nas colônias, os pescadores mesmo sem conhecimento prévio da sua importância social, depois da organização das comunidades pesqueiras em zonas de pesca, passam a ter a primeira organização considerada de ordem social. Atualmente, as colônias de pescadores foram reconhecidas pela Constituição Federal (BRASIL, 2008), como sindicatos de trabalhadores ligados a atividade da pesca artesanal com organização autônoma, em busca dos direitos dos trabalhadores.

O segundo encaminhamento realizado pelo Estado, apontado por Cardoso (2001) foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), no início dos anos de 1960. A SUDEPE, na época fortaleceu o setor por meio de uma política de destinação de recursos para compra de barcos, equipamentos e criação de unidades de beneficiamento do pescado. Cardoso (2001), baseado em outros autores, considera que esta política buscava a modernização da pesca artesanal, por meio da industrialização. Fato este que em muitos lugares do litoral brasileiro, ocorreu. O terceiro e último encaminhamento foi a delimitação do mar territorial em 200 milhas náuticas.

Nestes três encaminhamentos do Estado com relação à atividade pesqueira é possível verificar que o primeiro fortalece a pesca artesanal e os dois últimos, a pesca industrial.

A pesca artesanal, para Diegues (1998 *apud* SOUZA, 2004) é definida como atividade em que os indivíduos participantes pescam sozinhos ou em parcerias e participam de forma direta da captura do recurso pesqueiro com o emprego de equipamentos rudimentares. A categoria, que desenvolve a pesca de pequena escala, de acordo com Caldasso e Monteiro (2009), abrange pescadores que trabalham durante todo ano exclusivamente desta atividade, ou seja, dependem integralmente dela para prover as necessidades básicas na sua

sobrevivência. Para Cardoso (2001, p.81), a pesca artesanal é “realizada com tecnologias de baixo poder predatório, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança”.

Para a realização da atividade de pesca artesanal é necessário conhecimento desenvolvido pelos pescadores ao longo do tempo sobre diversas características do ambiente vivido como, por exemplo, as correntes marítimas, ventos, marés, fauna, entre outros (MALDONADO, 2000a).

Ao contrário de outros setores da produção, como a indústria metalúrgica, a pesca é, em nossos dias, a única e última atividade humana de caça realizada em grande escala. [...] Nesse contexto, ganha importância a noção do espaço litorâneo, considerado não somente em seus aspectos físicos, mas também como um conjunto de condições e processos naturais que influenciam as relações entre o homem e a natureza (DIEGUES, 1983, p. 6).

O conhecimento do meio físico no ambiente litorâneo é importante para manutenção da atividade da pesca, preservação das tradições e domínio de técnicas adquiridas ao longo do tempo por grupos de indivíduos (MALDONADO, 2000b). Para exemplificar o entendimento entre os indivíduos e os espaços naturais, a autora destaca a relação deste grupo social com o mar:

A pesca marítima é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para a ordenação dos homens nos espaços sociais como também para a organização da própria produção e para a reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos (MALDONADO, 2000a, p. 60).

Ser pescador artesanal, no modo de ver de Diegues (1983, p. 198), não se resume somente em viver da pesca, mas é também “o controle do como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte de pesca”. O autor acrescenta que:

[...] o pescador artesanal é obrigado a dominar o manejo de diferentes instrumentos de captura utilizados para diferentes espécies de pescado, num meio ambiente em contínua mudança. A menor falha no assentamento da rede, no lançamento dos cabos, pode destruir o equipamento ou danificar irremediavelmente o motor (DIEGUES, 1983, p. 198).

Diegues (1983) destaca que a pesca artesanal é um sistema de parceria. Nesse tipo de pesca, mesmo que o pescador não possua os equipamentos necessários, participa do processo com bagagem de conhecimento que o dono dos equipamentos respeita e leva em consideração no momento de tomada de decisões, sobre como e quando lançar a rede. Salienta que a pesca

artesanal é responsável por elevado número de empregos nas comunidades litorâneas, que trabalham tanto na captura quanto no beneficiamento e comercialização do pescado.

Os pescadores são definidos pela Organização Internacional do Trabalho, segundo Maldonado (1986 *apud* SOUZA, 2004), como trabalhadores da captura do pescado e que se dedicam nas funções de membros das tripulações de barcos pesqueiros.

No estado de Santa Catarina, existem 186 comunidades de pesca ao longo do litoral catarinense e são consideradas, de acordo com Santa Catarina (1986), as mais qualificadas em território brasileiro, no que se refere ao preparo técnico e por esse motivo, os pescadores trabalham também em outros Estados. Este desenvolvimento e/ou profissionalização na atividade do pescado ocorre em função do Estado ser caracterizado por um litoral bastante recortado e extenso, cujas condições favorecem a existência de diversas espécies marinhas e grande número de capturas. O total de pescado capturado tem origem da pesca artesanal e industrial, que totalizam em torno de 29.838 pescadores profissionais registrados e espalhados em uma das 33 colônias de pescadores existentes.

Dentre as modalidades pesqueiras no Estado, a pesca industrial, segundo dados de Santa Catarina (1986 e 2009), é a que tem maior produtividade, visto que utilizam equipamentos mais modernos e são proprietários dos equipamentos necessários para a captura do pescado. Em outra realidade, encontra-se a pesca artesanal, que comercializa seu pescado por meio de um intermediário e por isso recebe baixa quantia por seu produto. Santa Catarina (1986 e 2009) ressalta que muitas vezes o pescador artesanal se torna dependente do intermediário, pois se compromete com ele em uma relação de troca de produtos como remédios para família, alimentos e outros, em troca do pescado.

Apesar de Santa Catarina ser considerada um Estado em destaque no setor pesqueiro, Santa Catarina (1986 e 2009) afirma que é encontrado deficiência no que se refere à execução de políticas públicas e a fiscalização desta, a fim de impedir o esgotamento dos recursos e unidades de uso comum. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é responsável pela fiscalização das atividades pesqueiras, tanto profissional, quanto amadora. Outros problemas encontrados neste setor estão relacionados aos



pescadores, pois a classe de trabalhadores da pesca enfrenta problemas econômicos e por vezes preferem trabalhar em empregos assalariados em outras áreas em busca de maior segurança financeira.

Nas comunidades de pesca, os pescadores criaram suas regras individuais de apropriação dos espaços naturais (VIEIRA, 2005). Essas comunidades são caracterizadas por Diegues (1983) como um sistema de pesca em que os indivíduos apropriam-se do espaço de uso comum, no qual o uso de recurso é organizado pelo respeito entre os participantes e o respeito da tradição das comunidades pesqueiras.

O trabalho na pesca artesanal é considerado por Diegues (2001) algo desafiador, isso porque envolve incerteza, pois o ambiente marinho não é algo fixo e sim instável, diferente do espaço terrestre. Frente a essa problemática, Maldonado (2000a) considera que o conhecimento do espaço natural é de fundamental importância para a atividade pesqueira, pois está diretamente relacionado com a organização dos grupos sociais. Para a autora, no espaço litorâneo, os pescadores compreendem o ambiente apropriado em duas realidades: a terra e o mar. Nesta divisão, a apropriação da terra pelos grupos sociais é uma apropriação formal e contínua, realizadas sempre em termos de divisão e apropriação, já que a apropriação é realizada em terra firme e com recursos fixos. Nas áreas de pesca, em que os pescadores fazem do meio um recurso, não existe uma apropriação contínua e formal, pois o recurso de uso comum é indivisível, ou seja, o recurso que o apropriador utiliza é algo móvel. Segundo a autora, a indivisibilidade e mobilidade do recurso de uso comum e o ciclo biológico da unidade do recurso capturado tornam complexas e imprevisíveis a sua captura e por isso na apropriação dos espaços litorâneos é necessário a percepção do ambiente produtivo.

A atividade pesqueira vista desta forma pode ser caracterizada, segundo Cardoso (2003) como atividade humana que representa uma categoria de uso do espaço entre os meios terrestres e aquáticos. O meio terrestre representa os espaços de moradia dos pescadores e também da efetivação do comércio do pescado enquanto mercadoria. Enquanto que o meio aquático é considerado o espaço de apropriação do recurso natural.

A apreensão por parte dos grupos de pescadores do conhecimento dos elementos da natureza, do processo de trabalho e o sentimento de pertencimento ao meio em que vive, é considerada por Cardoso (2003), como o primeiro nível de territorialidade na atividade pesqueira. Isso é possível, uma vez que os pescadores exercem poder no espaço produtivo apropriado das colônias no que diz respeito à organização e a viabilização da atividade pesqueira, ou seja, no processo de gestão. Este exercício de poder num espaço definido e/ou delimitado, no entender de Souza (2000), caracteriza uma das categorias da Geografia que seria o território.

Além dos fatores acima citados, Maldonado (2000b) salienta que a qualidade de ser indivisível do ambiente marítimo, traz outras informações relativas às características da pesca, como a colaboração entre os participantes da atividade e a constituição de um ser “igualitário”:

Nessa perspectiva, em termos de “terra” e “mar” que compõem a díade básica na ordenação do espaço nas sociedades pesqueiras, são mais do que a expressão de realidades espaciais empiricamente reconhecíveis ou de atributos físicos dos litorais. São termos explicativos e significativos carregados de valores específicos e “locais” (MALDONADO, 2000b, p.96)

No entanto, a pesca artesanal, segundo Begossi e Maldonado (1992, 1986 *apud* SOUZA, 2004), quando comparada com a pesca industrial apresenta muitas diferenças. A diferença pode ser observada nos equipamentos simples utilizados pela pesca artesanal e nos estoques que exploram e na relação dos pescadores com o espaço. Rebouças, Filardi e Vieira (2006) complementam este entendimento ao enfatizar que a pesca artesanal, por ser efetuada utilizando técnicas diversificadas, apresenta baixo impacto sobre os ecossistemas marinhos e costeiros, apesar da ocorrência de algumas práticas ilegais e predatórias. Os autores complementam que “trata-se de um setor intensivo em mão de obra, ocupando a grande maioria dos trabalhadores do mar, concentrados especialmente nos países do Hemisfério Sul” (REBOUÇAS, FILARDI e VIEIRA, 2006, p.84). Para os autores, enquanto a pesca artesanal utiliza equipamentos simples para o desenvolvimento da atividade, a pesca industrial é considerada predatória sob “o ponto de vista sócio-ecológico”, pois explora com demasia os recursos pesqueiros. A exploração, segundo os autores, se deve a um conjunto de fatores:

i) o direcionamento dos esforços para a captura de poucas espécies economicamente valiosas;

- ii) o exagerado esforço de pesca realizado com embarcações que podem permanecer por longos períodos no mar e que dispõem de sofisticados equipamentos de detecção e captura dos cardumes, visando atender à demanda do mercado internacional;
- iii) o uso de técnicas desestruturadoras das comunidades bentônicas, gerando um índice excepcionalmente elevado de capturas acidentais e de descarte (espécies de baixo valor comercial e indivíduos juvenis);
- iv) o desrespeito às leis que regulam as técnicas empregadas, o tamanho dos indivíduos, os períodos e as áreas de pesca permitidas – principalmente no contexto dos países do Hemisfério Sul (REBOUÇAS, FILARDI e VIEIRA, 2006, p.84).

Diante desses fatores, torna-se evidente que a pesca industrial se diferencia da pesca artesanal pelo viés produtivista. Neste viés, a pesca artesanal, para Saldanha (2005), esteve sempre distante de qualquer possibilidade de desenvolvimento, em função da falta de políticas públicas tornando-os dependentes de outras categorias.

A disponibilidade de pescado representa, assim, um dos principais condicionantes do agravamento das condições de produção e reprodução socioeconômica e cultural das comunidades de pescadores artesanais sediadas na zona costeira catarinense. Este fator está associado ao crescimento das incertezas que respondem pela intensificação descontrolada tanto da competição com a pesca industrial, quanto do esforço de pesca desenvolvido por esta última, mediante a sofisticação crescente dos instrumentos de detecção e captura dos cardumes (REBOUÇAS, FILARDI e VIEIRA, 2006, p.88-89).

À exemplo da pesca da manjuba no sistema lagunar Iguape, no litoral paulista (DIEGUES, 1983), muitas vezes, os pescadores artesanais tornam-se totalmente dependentes dos donos das indústrias. Isso acontece porque alguns equipamentos de pesca, pelo alto custo (exemplo, as grandes redes de náilon e canoas modernas e motorizadas), são utilizados pelas indústrias com condições de comprá-los. As indústrias mais abastadas alugam os instrumentos de trabalho para os pescadores, que por sua vez não tem condições de comprá-las. Nessa troca, os pescadores utilizam os equipamentos tendo que entregá-los em bom estado ao industrial. O industrial compra a produção por preço mais baixo, devido os descontos pelo uso dos equipamentos cedido como combustível, desgaste de equipamentos, entre outros, considerados como preço pelo aluguel dos equipamentos.

Além da concorrência com a pesca industrial, a pesca artesanal ainda tem que lidar com outros problemas de ordem da ocupação humana no “seu” espaço de apropriação. Muitas áreas litorâneas brasileiras, antes ocupadas pelas

atividades pesqueiras e as comunidades tradicionais, atualmente são substituídas por áreas urbanizadas, em função da especulação imobiliária e por seus atrativos turísticos para lazer e veraneio. Estas transformações no meio litorâneo impactam e reduzem as atividades pesqueiras, afastando e/ou isolando a população das comunidades tradicionais para áreas distantes da zona costeira. Diegues (2002) argumenta que os pescadores apesar de viverem, em sua maioria, em comunidades próximas do mar em áreas não urbanizadas, muitos deles moram em bairros periféricos. Isso porque, as transformações ocorridas pelo processo de urbanização afastaram os pescadores da faixa próxima do mar, área atualmente ocupada por construções para veraneio.

Esta ocupação humana, muitas vezes de forma irregular, somada a fragilidade do espaço, contamina os ecossistemas costeiros, habitat natural de inúmeras espécies marinhas, levando-os a diminuição da disponibilidade da grande maioria das unidades do recurso de uso comum.

Os ecossistemas costeiros apresentam condições ambientais favoráveis para a reprodução e a alimentação, nas fases iniciais, da maioria das espécies marinhas. Abrigam aproximadamente 25% da produtividade biológica do planeta e respondem por cerca de 80% a 90% do volume total de capturas (REBOUÇAS, FILARDI e VIEIRA, 2006, p.85).

Os problemas no espaço litorâneo motivados pela poluição, que é apontado por Rebouças, Filardi e Vieira (2006) como um grande causador dos impactos sofridos pela atividade pesqueira, está relacionado à crescente ocupação dessas áreas. A urbanização da zona costeira e consequente aumento da poluição prejudicam o processo biológico de várias espécies marinhas, que têm nesses espaços condições adequadas para sua reprodução e alimentação. Esse crescimento acontece, segundo os autores, porque além da importância das áreas costeiras para o comércio e concentração de atividades portuárias, elas favorecem o aumento das cidades em decorrência de suas belezas naturais que servem como atrativos turísticos para a população urbana.

Refletindo essa realidade, Rebouças, Filardi e Vieira (2006), salientam que as áreas litorâneas atualmente, “abrigam 13 das maiores cidades do mundo. Além disso, aproximadamente 50% da população mundial vivem numa faixa de até 150 km da costa” (GCI, 2002; MMA/SBF, 2002 *apud* REBOUÇAS, FILARDI E VIEIRA, 2006, p.85). Embora as áreas litorâneas tenham grande importância tanto ecológica quanto econômica, os autores destacam que essa realidade, não tem

levado a uma melhora no desenvolvimento e crescimento urbano do litoral, apesar da existência de legislação para tais áreas. Este quadro torna evidente “os imensos desafios a serem enfrentados pelos planejadores e gestores de estratégias alternativas de desenvolvimento regional e urbano nessas regiões” (REBOUÇAS, FILARDI E VIEIRA, 2006, p.85).

Estes conflitos de uso, somados a poluição dos recursos hídricos, a disputa com outros tipos de pesca, e a crescente transformação da vida econômica, social e cultural dos pescadores, fazem com que grande maioria dos jovens não pretendam permanecer na atividade pesqueira. Este fato dificulta a organização dos grupos de pescadores artesanais pela sobrevivência em sua atividade pesqueira.

Entretanto, os problemas relacionados à pesca artesanal não ocorrem somente no litoral, mas em todo território brasileiro. Segundo Hartmann (2001) a pesca em águas interiores é uma atividade esquecida. A preocupação secundária com estas comunidades somada ao uso descontrolado dos recursos naturais, entre outros fatores, resultou na marginalização das comunidades pesqueiras e no surgimento de conflitos sociais e econômicos.

Ao analisar os conflitos em um estudo na Amazônia, Hartmann (2001), apresentam uma tabela listando os conflitos registrados na região e respectivas reivindicações das comunidades pesqueiras divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). A tabela aponta como alguns motivadores de conflitos o uso de equipamentos predatórios, poluição, conflitos entre comunidades, conflitos entre ribeirinhos e pescadores profissionais, entre outros.

O maior responsável pelo uso de equipamentos predatórios aos recursos pesqueiros, segundo Rebouças, Filardi e Vieira (2006) é o setor industrial e este fato está relacionado a quatro fatores importantes: i) a pesca de espécies financeiramente vantajosas ao apropriador; ii) embarcações que permanecem por longo período em alto mar com utilização de equipamentos modernos com objetivo de abastecer o mercado externo; iii) técnicas de pesca prejudiciais as espécies que vivem no fundo do mar e que gera grande quantidade de descarte de espécies, principalmente espécies jovens; iv) não cumprimento da legislação que limita o

tamanho das espécies capturadas, os períodos e áreas de pesca assim como as técnicas utilizadas pelos apropriadores.

Ao discorrer sobre a crise do setor de pesca artesanal em seu estudo sobre gestão integrada e descentralizada dos recursos naturais, Rebouças, Filardi e Vieira (2006) salientam que:

[...] combinação do crescimento acelerado da malha viária ao longo do litoral, da urbanização descontrolada, da especulação imobiliária, do turismo de massa e de veraneio, da fiscalização deficiente e da hegemonia alcançada pelo setor da pesca industrial, tem contribuído para a exacerbação dos conflitos socioambientais no litoral catarinense (DIEGUES, 1996; SEIXAS & BERKES, 2003; NMD, 2004, *apud* REBOUÇAS, FILARDI E VIEIRA, 2006, p. 89).

Dos problemas encontrados na pesca artesanal, Rebouças, Filardi e Vieira (2006, p. 88) apontam a diminuição do volume de capturas como “o aspecto mais evidente da crise da pesca artesanal no litoral catarinense”. Este aumento da captura da unidade pesqueira por um usuário afetará outros pescadores, segundo Feeny *et al.* (1996 *apud* OSTROM 2002), resultando na diminuição do estoque de peixe e estabelecendo conflitos de uso, visto que o uso demasiado do mesmo excederá a capacidade de abastecimento natural.

Retornando a teoria de Hardin (1968), a “tragédia” ocorre pelos conflitos entre a pesca artesanal e a pesca industrial, a pesca amadora e a ocupação humana nas áreas litorâneas.

A fim de regular a atividade pesqueira nas áreas litorâneas, muitas comunidades de pescadores artesanais, segundo Rebouças, Filardi e Vieira (2006, p. 89), criaram normas informais de apropriação baseadas no conhecimento tradicional dos pescadores. Estas normas, em diversas situações históricas mostraram-se hábeis na diminuição dos conflitos na exploração pesqueira. Para evitar ou diminuir os problemas enfrentados pelos pescadores artesanais, os autores apontam como estratégia a gestão integrada dos recursos pesqueiros, segundo as evidências em várias partes do mundo.

[...] se o respeito pelo uso sustentado dos recursos tornar-se algo compartilhado pela comunidade, aumentam as chances de êxito de modalidades de gestão que buscam integrar a experimentação com regimes de propriedade comum em economias mistas, oportunizando o alcance simultâneo tanto de distribuição mais equitativa da riqueza gerada, quanto de um aumento dos limiares de sustentabilidade dos recursos no longo prazo (VIEIRA & WEBER, 2000, p. 33, *apud* REBOUÇAS, FILARDI E VIEIRA, 2006, p.87).

Apesar da importância da participação dos pescadores tradicionais na regulamentação da atividade pesqueira, segundo Rebouças, Filardi e Vieira (2006, p.94) prevalece baixa participação das comunidades na gestão dos ambientes em que sobrevivem. Para os autores, o enfrentamento dos problemas desta atividade pesqueira determinará empenho maior na implementação de políticas ambientais que busque estratégias para a diminuição dos impactos sofridos pela atividade da pesca artesanal.

No setor pesqueiro, a gestão compartilhada é entendida por Berkes *et al.* (2001 *apud* CALDASSO, 2008) como uma parceria entre o governo, os pescadores enquanto comunidade de usuários locais do recurso, organizações não-governamentais, acadêmicas e instituições de pesquisa (sociedade civil) e outros atores sociais incluídos na atividade pesqueira (proprietários de embarcação, comerciantes de peixes, bancos que concedem empréstimos, estabelecimentos turísticos, etc.). Esses vários atores sociais que fazem parte dessa parceria, ao fazer a gestão compartilhada dividem e/ou delegam as responsabilidades, as estruturas físicas e as decisões sobre a gestão das atividades pesqueira.

Berkes *et al.* (2001 *apud* CALDASSO, 2008), complementa que a gestão compartilhada é um processo contínuo de amadurecimento dos atores sociais, pois as condições dos recursos de uso comum mudam com o passar do tempo e estes envolvem aspectos de democratização, empoderamento social, compartilhamento de poder e descentralização. Este processo contínuo de aprendizagem faz com que os atores sociais se tornem mais participativos e flexíveis nas decisões, na criação de regras, no momento de delegar poder, nas negociações e no compartilhamento de conhecimento. Isso contribui para o avanço na gestão da atividade pesqueira entre os usuários dos recursos, outros atores e o governo.

Com o objetivo de partilhar informações sobre as diversas decisões, e dividir ocorrências positivas ou negativas, Ostrom (2002) considera que os pescadores artesanais, assim como outros usuários de recursos de uso comum precisam unir-se na criação de associações. Para o autor, as associações são importantes como uma forma de obter maiores benefícios através do uso sustentável dos recursos do espaço natural local. Dessa forma, envolver os apropriadores do recurso, com seu conhecimento tradicional nas tomadas de decisões é essencial para que as regras sejam vistas como verdade. Boschi (1987)

acrescenta que o crescimento dos “grupos organizados e a incidência de episódios de ação coletiva são uma expressão da força dessa nova sociedade e sua progressiva democratização” (BOSHI, 1987. p.163).

As associações, segundo Abrantes (2004 *apud* GUELERE, 2009), são formadas por pessoas que se organizam, a fim de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado, e segundo Boschi (1987), com objetivo de promover determinada questão trabalhista. O recurso dessas associações é adquirido através de taxas pagas por todos os associados, além de doações que utilizada integralmente em prol da associação. A efetiva participação popular é aspecto importante levantado pelo autor.

Outros tipos de organização social voltada à atividade pesqueira são as cooperativas de pesca, que ocorrem, segundo Rech (2000), quando um grupo de pescadores organiza suas atividades comuns em busca de objetivos coletivos. Este tipo de cooperativa é analisado pelo autor como uma forma alternativa que os pequenos pescadores encontram para escaparem do domínio das grandes empresas de pesca. Vieira (1995 *apud* SALDANHA, 2005), refere-se às comunidades de pescadores artesanais, como responsáveis por nos oferecer lições sobre o funcionamento de sistemas viáveis de apropriação, uso e administração dos recursos renováveis, que podem ser utilizados como referências importantes.

Os problemas ambientais exigem políticas complexas, as quais o Estado geralmente se mostra incapaz de geri-las de acordo com as aspirações sociais de cada “lugar”. Isto demonstra a importância da atuação dos agentes sociais locais no processo tanto de formulação como de implantação de políticas ambientais (ROCHA, 2001, p.14).

A intervenção das colônias, cooperativas e associações de pescadores, segundo Rapozo e Witkoski (2010), é indispensável para a consolidação do processo participativo e importante no fortalecimento de políticas nacionais para a pesca. Ostrom (2002) destaca que o grupo social dos pescadores enquanto apropriadores do recurso possui entendimento em comum, ou seja, apresenta conhecimento da dinâmica do recurso, isso faz com que suas ações possam atingir os outros membros do grupo. A autora considera que este entendimento possibilita os pescadores a capacidade de se organizar e criar instrumentos de gestão para



território pesqueiro, isto é, para a porção do espaço que envolve a pesca reconhecida pela comunidade.

## 4 METODOLOGIA

Para compreender a dinâmica de apropriação dos espaços produtivos pelos pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z-33, dos municípios de Jaguaruna e Içara (SC) e os critérios utilizados para organização da atividade pesqueira como recurso compartilhado, foram realizadas pesquisas bibliográficas, 13 entrevistas, análise de documentação da colônia de pescadores Z-33 e saídas a campo nas comunidades pertencentes à área da Colônia.

A revisão teórica do estudo está fundamentada no trabalho de autores que discutem sobre a organização dos grupos sociais, que abordam o objetivo da formação de grupos sociais em busca de um objetivo comum, como Rodrigues (1999), Lane (1997) e principalmente Olson (1999), que elaborou “A Lógica da Ação Coletiva”, uma teoria baseada na formação dos grupos sociais, discutidos por outros autores como Silva Filho (2002) e Ostrom (1990 e 2002). Para enfatizar a organização dos grupos sociais de pesca, foi utilizada a discussão de Diegues (2001), Diegues (1988) e Ostrom (1990 e 2000), que também discutem sobre os recursos de uso comum e os problemas decorrentes desse uso coletivo.

Na análise da água enquanto um recurso de uso comum, e de sua apropriação, assim como as unidades desse recurso foi utilizado os autores Petrella (2002), Fernandes e Garrido (2002) e Silva Filho (2002) que falam sobre a escassez do recurso devido seu comprometimento e a exclusão entre os apropriadores do recurso. Ostrom (1990 e 2002) foi a autora utilizada para abordar a importância da gestão compartilhada dos recursos de uso comum como forma de evitar e/ou minimizar a “tragédia” na disponibilidade desses recursos.

Severo e Miguel (2007), Rebolças, Filardi e Vieira (2006), Souza (2004), Caldasso e Monteiro (2009), Maldonado, (2000 a e b), Diegues (1983), Olinger (2000), Lago (1988) são autores que discutem a organização da atividade pesqueira, os conhecimentos tradicionais dos pescadores, as principais diferenças e mudanças ocorridas entre a pesca industrial e artesanal e os conflitos existentes na atividade pesqueira.

Na discussão de apropriação do espaço e territorialidade pesqueira, são utilizados autores como Maldonado (2000) e Souza (2000).

Os dados físicos e geográficos referentes aos municípios de Jaguaruna e Içara, foram pesquisados no Atlas de Santa Catarina (1986 e 2009) e no site do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados populacionais das comunidades pertencentes a colônia de pescadores Z-33 foram alcançados através dos dados censitários por setores no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para análise e localização das comunidades pertencentes a Colônia de Pescadores Z-33 foram construídos dois mapas com escala gráfica 1:450.000, visto as comunidades de abrangência da Colônia pertencem a dois município diferentes

Com o objetivo de compreender a organização e o funcionamento da colônia de pescadores Z-33, foram realizadas doze entrevistas abertas. Destas, oito foram realizadas com pescadores artesanais, visto que três deles são líderes da sua comunidade, uma com o responsável regional da pesca na EPAGRI e três com o presidente da colônia de pescadores, Sr. João Piccolo.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

### **5.1 Caracterização da área de estudo**

A área da colônia de pescadores Z-33, localiza no Extremo Sul Catarinense abrange a orla marítima dos municípios de Içara e Jaguaruna. O estatuto da Colônia de Pescadores Z-33 estabelece como base territorial da Colônia, o município de Içara. Entretanto, o presidente da Associação informa, em entrevista, que um acordo feito com o Ministério da Pesca incluiu, na base territorial da Colônia, outras duas comunidades do município de Jaguaruna, Esplanada e Torneiro, em função da proximidade dessas comunidades com a Colônia Z-33.

A área da Colônia abrange cinco comunidades de Içara: Lagoa dos Freitas, Lagoa dos Esteves, Balneário Rincão e Balneário Barra Velha, Comunidade de Pedreiras (Figura 1) e dois balneários de Jaguaruna: Esplanada e Torneiro (Figura 2).

A Colônia, em termos de divisão de municípios, faz parte de duas associações. O município de Içara localiza-se na Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMUREC), Jaguaruna pertence à Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL). Em termos de divisão hidrográfica, os dois municípios pertencem à Região Hidrográfica do Extremo Sul Catarinense (RH10) (SANTA CATARINA, 2009).

O espaço litorâneo pertencente aos municípios de Jaguaruna e Içara, é caracterizada por depósitos sedimentares lacustres e marinhos do período Quaternário. Esses depósitos formaram planícies costeiras, que caracterizam a geomorfologia da área por vasto campo de dunas que se estende por toda orla marítima (SANTA CATARINA, 2009), com altitudes muito baixas, variando de 0 a 30 metros (IBGE, 1978).

Os depósitos sedimentares formadores desse território também influenciam a formação dos solos da orla litorânea em que estão instalados os dois municípios. Os tipos de solos predominantes, segundo Santa Catarina (2009) são Dunas e Areia de Praia e Neossolos Quartzarênicos. Dunas de Areia de Praia é um tipo de solo constituído por depósitos de sedimentos trazidos pelo vento, quando relacionada às dunas e pelo vento e mar, no caso da areia de praia. Este tipo de solo, devido sua intensa dinâmica, não possui formação de horizontes. Os Neossolos Quartzarênicos são qualificados como solos arenosos e profundos que

possuem baixa fertilidade e pouca capacidade de retenção de água. Isso acontece porque são solos formados basicamente por quartzo, com ocorrência em antigos depósitos de dunas que se encontram cobertos por vegetação.

Em função da proximidade com o oceano Atlântico e da influência das massas de ar tropicais, a área de estudo possui temperatura média anual elevada de 18 a 20°C e precipitação total anual também elevada, entre 1.400 e 1.500 mm (SANTA CATARINA, 2009). Estas características de clima associadas às baixas altitudes e aos tipos de solos arenosos propiciaram o desenvolvimento da vegetação de Formação Pioneira. Este tipo de formação é caracterizado por Santa Catarina (2009), como vegetação constituída por espécies colonizadoras de áreas instáveis, classificadas, como formações de influência marinha, que seria a vegetação de restinga desenvolvida entre as dunas e ambientes que recebem influência do mar; as formações de influência flúvio-marinha, ou seja, os mangues que crescem próximo ao estuário dos rios; e as formações de influência fluvial, que se desenvolvem sobre as planícies dos rios e lagos.

Sobre os campos de dunas se fixaram os primeiros colonizadores, vindos de São Vicente, nos séculos XVI e XVII. A faixa arenosa era um fator geográfico que dificultava a fixação de povoados expressivos, em função dos ventos fortes e da formação dos campos de dunas (PIAZZA, 1982). Estes fatores foram determinantes para o despovoamento dos núcleos vicentistas e a estagnação dos povoados estabelecidos que viviam do cultivo de baixo valor aquisitivo e da pesca (CORRÊA, 1999).

A partir do século XVIII, com a fixação de imigrantes açorianos no litoral, passa a ocorrer a ocupação com povoados mais extensos, com intuito de colonizar o litoral. Após a fixação, os imigrantes iniciam a prática da agricultura de subsistência e/ou policultura, principalmente com o plantio de mandioca para a produção da farinha de mandioca que tinha seu excedente comercializado com o Rio de Janeiro e também a prática da pesca simples como complemento da subsistência alimentar (PIAZZA, 1982; CORRÊA, 1999). Para Lago (1988) a obtenção do pescado pelos vicentistas e posteriormente pelos açorianos que viviam no litoral catarinense era um procedimento rotineiro.

A manufatura da mandioca, segundo Lago (1988, p.74), possibilitou aos açorianos a comercialização do produto e a implantação de “engenhos farinheiros”,

na grande maioria da paisagem rural. Assim como, a comercialização do pescado, seco, defumado e salgado, em pequena escala. O autor também salienta que a matéria prima para o fabrico dos utensílios de trabalho, tanto agrícolas como de pesca, como os tramados e trançados, instrumentos de pesca, embarcações, entre outros, era retirada da floresta de entorno das colônias.

No entanto, a economia do Sul Catarinense começa a mudar, conforme Piazza e Hübener (2003), a partir da chegada de outros povos europeus, a partir de 1876, como os alemães, italianos, entre outros que ocuparam áreas mais afastadas do litoral. Estas mudanças estavam relacionadas, após as três primeiras décadas da colonização estrangeira, as primeiras manifestações industriais de Santa Catarina, para escoamento dos excedentes agrícolas gerados nas propriedades rurais ou colônias das diferentes regiões catarinenses. Atividades desenvolvidas com mão-de-obra familiar que asseguravam o auto-sustento das pequenas propriedades agrícolas catarinenses.

Olinger (2000) enfatiza que, o estado de Santa Catarina como um todo, até meados do século passado, se caracterizava basicamente como um estado economicamente agrícola, com destaque para algumas indústrias de manufatura associadas à agricultura. No primeiro período do desenvolvimento agrícola de Santa Catarina (1900 a 1950), o Estado se caracteriza pela agricultura e pecuária de subsistência desenvolvida em propriedades rurais familiares. Neste período, os fatores que geravam a produção agrícola (sementes, adubos, ferramentas e reprodutores), considerados estímulos ou fomento à agricultura e pecuária eram repassados pelo governo aos agricultores por terceiros, geralmente cabos eleitorais do partido instalado nos municípios ou comarcas.

Da mesma forma que a agricultura, a atividade pesqueira, segundo Lago (1988), mesmo que tenha se configurado sob dois modos de produção, o artesanal e o industrial, não houve, até meados do século XX, diferença entre estes níveis de profissionais. Esta realidade muda a partir na segunda metade do século XX, segundo Olinger (2000) quando o Estado inicia seu desenvolvimento agrícola baseado em três pilares: o fomento, a pesquisa e o ensino agrícola. Para solucionar a falta de assistência técnica aos agricultores, nos anos de 1940, o Ministério da Agricultura idealizou implantar postos agropecuários em todo o País. Santa Catarina também recebeu recursos e implantados 08 postos agropecuários.

Paralelo aos postos agropecuários como órgãos de fomentos, o Ministério da Agricultura instalou no Estado estações experimentais com intuito de incentivar a pesquisa de produtos agropecuários de seu interesse; Escritórios Técnicos de Agricultura (ETAs), com intuito de promover o desenvolvimento agrícola e pesqueiro; bem como, a instalação de estabelecimentos de ensino agrícola de nível médio para formação de técnicos agrícolas.

Entre estes órgãos de extensão rural foi criada a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (ACARPESC), com objetivo de dar assistência técnica aos pescadores catarinenses e ajudá-los a se organizar em forma de associações ou cooperativa para aquisição de financiamentos e processamento da produção do pescado. Entretanto, este órgão sofreu, em 1990, o processo de fusão com outras entidades relacionadas à agricultura, resultando na criação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (EPAGRI).

A partir do incentivo ao desenvolvimento agrícola e pecuário, Lago (1988) destaca que nos anos de 1960, o governo lança a política de desenvolvimento pesqueiro, embasada na aplicação de incentivos fiscais oriundos do Imposto de Renda de pessoas jurídicas. A partir desses incentivos muitos empresários investiram no setor da pesca industrial e com isso houve um distanciamento entre estes dois níveis de profissionais. Para o autor, o distanciamento inicia pelos tipos de embarcações. Enquanto que os pescadores artesanais apresentam modelos de embarcações abertas, com motores de reduzida potência e os métodos de captura próximos da orla marinha, os pescadores industriais trabalham em embarcações fechadas que dispõem de tecnologia de conservação do pescado a bordo, com motores potentes e maior capacidade de carga e tecnologia para pescar em alto mar. Os pescadores industriais ainda dispõem, em suas embarcações, de tecnologia para detectores de cardumes.

Para Lago (1988) este distanciamento está relacionado à forma como estes dois níveis de profissionais são vistos pelo poder público. A pesca artesanal baseia-se em ações comunitária e também na influência de pequenos empresários, enquanto que a pesca industrial é controlada por grandes empresários do Estado e de fora dele. As indústrias da pesca disponibilizam, no espaço terrestre, de

acomodações para atracamento das embarcações e tecnologias e locais próprios para resfriamento, congelamento, evisceramento e processamento do pescado. O nível de pescadores artesanais é geralmente não assalariado que não dispõem de equipamentos necessários para conservação do pescado, depende na grande maioria das vezes do atravessador, não agregando valor ao seu produto, com baixa escolaridade e conhecimento suficiente para sozinhos se organizarem.

Em função disso, com auxílio dos técnicos da EPAGRI, alguns pescadores artesanais do litoral Sul Catarinense descendentes dos açorianos, formaram, em primeiro de junho de 2004, a associação da Colônia de Pescadores Z-33, com sede no Balneário Rincão. Segundo o Presidente da Colônia de Pescadores, a Colônia:

[...] nasceu dentro de uma necessidade dos pescadores não ter aonde reivindicar os direitos que tinham, porque não tinha uma organização em defesa dos pescadores. Então, com a criação da Colônia de Pesca os pescadores também passaram a ter todo o encaminhamento [...]<sup>3</sup>.

Mesmo sem um controle da quantidade periódica do pescado capturado pelos integrantes da Colônia é possível deduzir, pelo grande número de associados que existe demanda da unidade do recurso e isso, segundo Ostrom (1990 e 2002) justifica a organização.

## **5.2 A Colônia de pescadores Z-33**

A Colônia de Pescadores Z-33, subordinada pela Federação das Colônias de Pescadores do Estado e a Confederação Nacional dos Pescadores é a de número 33. Fundada em junho de 2004, a Colônia é composta por sete comunidades, chamadas também de Capatazias: Balneário Rincão, Balneário Barra Velha, Lagoa dos Freitas, Lagoa dos Esteves, Pedreiras, localizadas no município de Içara, Balneário Torneiro e Balneário Esplanada, no município de Jaguaruna.

Atualmente, segundo informações obtidas na Diretoria da Colônia dos Pescadores, existem cadastrados 991 associados, aproximadamente 400 famílias

---

<sup>3</sup> João Pícollo, Presidente da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Livia da Silva Feltrin, em 09/12/2010.



ligadas a Colônia. A associação de pescadores apresenta característica diferente das outras associações ligadas ao setor primário da economia. Enquanto que nas associações agrícolas, apenas um dos membros da família, geralmente o patriarca, é o associado, nas colônias pesqueiras mais de um membro da família possui direito de se associar, desde que comprove que vive da atividade pesqueira artesanal. Por isso, na Colônia de Pescadores Z-33, existe diferença entre o número de famílias e de associados no setor de pesca. A grande quantidade de associados não é vista pelos participantes como um problema, isso porque consideram que quanto maior o grupo maior o número de pescadores em busca de interesses em comum.

Mesmo nas capatazias que abrangem a área da Colônia Z-33 existem pescadores que não são associados, mas integram outras colônias de pesca localizadas do sul catarinense. Isso acontece porque alguns pescadores já eram associados das outras colônias antes da criação da Colônia de Pescadores Z-33.

Os pescadores entrevistados, além de atribuírem grande valor a unidade do recurso, o pescado, consideram a atividade importante para suas vidas, pois, a grande maioria deles, não trocaria de atividade econômica (Tabela 1). Esta constatação, segundo Olson (1999) confere ao grupo a característica de ser pequeno e coeso, e auxiliar no alcance do objetivo coletivo apesar do grande número de membros, visto que a coesão predomina em pequenos grupos e não está relacionada apenas a um número, mas ao valor atribuído ao recurso. Segundo os pescadores, “quanto mais pessoas mais força vai ter”<sup>4</sup>.

**Tabela 1:** A teoria da ação coletiva de Olson (1999) aplicada na Colônia de Pescadores Z-33

Itens	Teoria de Olson (1999)	Realidade da Colônia de Pescadores Z-33
Objetivo	Objetivo da instituição - entender qual o objeto de interesse dos membros do grupo	A Colônia tem como objeto de interesse comum o recurso pesqueiro, que mantém os indivíduos do grupo unidos.
Tamanho dos grupos	Distinção entre interesses individuais e coletivos entre indivíduos do mesmo grupo, baseado no tamanho das organizações. Os grandes grupos possuem dificuldades de alcançar um objetivo comum a todos os membros, pois os interesses individuais serão	A Colônia possui 991 membros associados inscritos, em torno de 400 famílias. Todos com direito a voz e voto, a partir de um ano da assinatura da carteira profissional de pescador. As decisões de relacionadas à atividade pesqueira da Colônia são tomadas inicialmente pela diretoria da associação mais os seis líderes das capatazias e posteriormente apresentadas, discutidas e votadas nas assembleias gerais.

<sup>4</sup> Jacir Cardoso, Líder do Balneário Torneiro, Jaguaruna (SC). Entrevista concedida a Livia da Silva Feltrin, em 18/11/2011.

	maiores.	
Teoria tradicional dos grupos sociais	Distinção entre duas variantes: a formal e a informal. Na variante informal, as pessoas se unem porque o ser humano possui inclinação a pertencer a grupos. Na variante formal, os grupos atraem membros por motivos relacionados à interesses comuns.	A Colônia se enquadra na variante formal, pois seus membros se agrupam pelo fato de terem um objetivo em comum, a obtenção do recurso pesqueiro.
Os grupos pequenos	O tamanho do grupo não depende somente do número de pessoas, mas do valor que cada indivíduo confere à unidade do bem público. Isso ocorre, pois cada integrante atribui maior ou menor valor ao bem almejado pelo grupo. O autor considera os grupos pequenos mais coesos, em função da maior homogeneidade nos objetivos.	Os membros entrevistados, além de atribuírem grande valor a unidade do recurso, que seria o pescado, consideram a atividade importante para suas vidas, pois, a grande maioria deles, não trocaria de atividade econômica.
Grupos inclusivos e exclusivos	O grupo pode ser, ao mesmo tempo, de exclusão ou de inclusão. Isso dependerá do objetivo de interesse dos membros em determinado contexto e situação. Em determinado contexto, a entrada de indivíduos no grupo gerará competitividade ou maiores resultados.	Mais membros na associação por ser visto sob dois pontos de vista. O primeiro diz respeito à atividade pesqueira, ou seja, quanto maior o número de membros no grupo, mais competitividade na captura do pescado, maior número de membros para divisão do pescado e menor será o lucro individual. O segundo ponto de vista está relacionado com a gestão compartilhada do recurso, visto que quanto mais membros fizerem parte da associação, maior o número de indivíduos em busca de interesses comuns.
Taxionomia dos Grupos	Os grupos que se importam com a opinião de cada membro na tomada de decisão, possuem maior coesão e auxilia no alcance do benefício coletivo.	A Colônia é caracterizada por possuir coesão em seus interesses, o que o torna particularmente homogêneo apesar de ser um grande grupo.

O presidente da Colônia de pescadores, como a Colônia tem outras funções além da captura do pescado, considera vantajoso um grupo grande, pois quanto maior o número de membros mais indivíduos em busca de um interesse comum:

Eu acho que quanto maior, mais força e mais organização. Nós entendemos hoje que o objetivo maior, além da questão do pescado e da sobrevivência do pescador, eles precisam buscar outros recursos e ninguém vai conseguir sozinho. Então, quanto menor o grupo, menor o recurso, menor a possibilidade de buscar recurso<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> João Pícollo, Presidente da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Livia da Silva Feltrin, em 28/10/2011.

Estes pescadores praticam a captura do pescado basicamente no mar, utilizando como arte da pesca a rede de arrasto, utilizada para captura do peixe no mar; rede de espera, próximo da costa; redes de emalhe, empregada para captura do pescado em alto mar; tarrafas, usada próximo dos estuários; corrico, espécie de anzol em que o peixe é atraído por uma isca.

*[...] Onde mais pesca é no mar, na praia, com pesca de rede de corrico, rede de espera, depende do poder de investimento de cada pescador onde ele pode comprar seus equipamentos pra poder pescar.<sup>6</sup>*

Para realizar a gestão das suas atividades, a Colônia possui um Estatuto que é uma adaptação ao artigo 8º da Constituição Federal de 1998, do Código Civil 10.406/2002, da Lei de Pesca 11959/2009 e da Lei das Colônias 11.699/2008. Com base no Estatuto, a Colônia é considerada uma entidade com finalidade de:

I – Representar a categoria profissional nas discussões junto ao poder público e sociedade em todos os assuntos de interesse da classe dos associados.

II – Defender a adequada execução das legislações sobre pesca e meio ambiente, proteger, tutelar e guardar, por todos os meios processuais disponíveis, ou que venham a ser criados no futuro, o meio ambiente, o consumidos, os bens e direitos de valor estético, histórico, turístico ou paisagístico, a ordem econômica e especialmente, a todo e qualquer interesse difuso, coletivo ou individual dos integrantes da categoria, via substituição ou representação processual plena.

III – Promover a competente ação civil pública bem como qualquer outro meio processual que possa defender os interesses individuais, coletivos, difusos ou, ainda, homogêneo da categoria.

IV – Estabelecer contribuição a todos aqueles que participam da categoria econômica representada, desde que não conflite com a legislação vigente.

V – Servir de elemento de ligação entre os associados e o Instituto Nacional de Previdência Social – INSS (ou sucedâneo), instituição financeira, educacional, hospitalar e os órgãos públicos.

VI – Pleitear para si e para os seus associados à concessão de Bens Imóveis da União, do Estado e do Município.

VII – Firmar convênios e contratar com os poderes Federal, Estadual e Municipal, em seus diversos órgãos para qualificar profissionalmente a classe pesqueira em geral através de cursos profissionalizantes.

VIII – Eleger ou designar os representantes da respectiva categoria econômica.

IX – Criar, manter ou colaborar com as “Comissões de Conciliação Prévia” de que trata a Lei 9.958/2000, objetivando a paz social da categoria e a eliminação rápida, eficaz e justa de todo e qualquer litígio que possa surgir nas relações atinentes a atividade.

X – Fundar e manter Capatazias, quando necessário após aprovação pela assembléia geral.

---

<sup>6</sup> João Pícollo, Presidente da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Livia da Silva Feltrin, em 09/12/2010.

XI – Fiscalizar a atividade dos profissionais do setor artesanal da pesca, na base territorial de competência, exigindo a documentação necessária ao exercício da atividade, licença de pesca, licença da embarcação, ponto de pesca, registro no Ministério da Pesca e outros documentos que a lei municipal, estadual ou federal exigir para o exercício da profissão (ESTATUTO DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-33).

A Colônia, segundo o Estatuto, é administrada por uma diretoria composta por três membros (presidente, secretário e tesoureiro), o Conselho fiscal, também composta por três membros (presidente do conselho, 1º e 2º conselheiros), com mandato de três anos e direito a reeleição. As deliberações da Associação serão realizadas por meio de Assembléias Gerais, as reuniões Extraordinárias que ocorrem sempre que forem necessárias e as reuniões da Diretoria.

De acordo com o Estatuto da Colônia de Pescadores todos os associados efetivos, ou seja, os pescadores profissionais da pesca artesanal com idade a partir dos 14 anos, os maricultores, piscicultores, caranguejeiros, observadores de cardumes, beneficiador do pescado, evicerador, artesão de pesca, construtores de pequenas embarcações e os aposentados terem o direito de participar de todas as Assembléias Gerais, com direito a voz e voto.

Para o exercício da pesca regular na Colônia de Pesca Z-33 é necessário a regularização dos documentos que inclui a filiação na Colônia. Para os proprietários de embarcações é necessária a matrícula na Capitania dos Portos e a licença ambiental de pesca emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Os novos membros associados à Colônia de Pesca são apresentados pela liderança da comunidade, portando a documentação necessária que é encaminhada para análise junto ao Ministério da Pesca para posterior confecção da carteira de pesca.

Segundo o Estatuto da Colônia de Pescadores, os associados têm o dever:

- I – Cumprir e zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos, portarias e resoluções emanadas das autoridades constituídas e dos dispositivos deste Estatuto e à ética profissional.
- II – Pagar regularmente as contribuições confederativas, associativas em imposto sindical que forem estabelecidas pela Assembléia Geral na forma de legislação vigente.
- III – Manter sua documentação e licenças para o exercício da atividade em dia junto aos órgãos públicos competentes e trazer sempre consigo a Carteira de Matrícula ou documento equivalente e o recibo de quitação de suas contribuições associativas.

IV – Comparecer regularmente a Sede de Colônia, tomando parte ativa em todos os movimentos de interesse.

V – Comunicar a Colônia do seu desligamento ou afastamento da categoria profissional (ESTATUTO DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-33).

Nas reuniões da Diretoria da gestão atual (triênio 2011/2014), realizadas periodicamente, fazem parte o presidente da Colônia, o secretário, o tesoureiro, o presidente do conselho fiscal, 1º e 2º conselheiros, num total de 12 membros (Tabela 2) e os representantes nas comunidades de pescadores ou os líderes das capatazias, compostos por seis membros, pois a comunidade da Lagoa dos Esteves não possui, no momento, representante (Tabela 3).

**Tabela 2:** Composição da diretoria da Colônia de Pescadores Z-33

<b>CARGO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
Presidente:	João Picollo
Secretário	Zeli Geraldo
Tesoureiro	Valmor de Moraes
Primeiro suplente	Jaime Nicolau Machado
Segundo suplente	Jose Bernardo Pereira
Terceiro suplente	Rosimere Silveira Hildebrando
Presidente conselho fiscal	Maria Marcia Pereira Ksey
Conselho fiscal	Manoel Pereira dos Santos
Conselho fiscal	Antonio Jose Coelho
Primeiro suplente	Maria de Souza Cordova
Segundo suplente	Wanderlei Domingos
Terceiro suplente	Valdir da Rocha

**Tabela 3:** Composição das Capatazias da Colônia de Pescadores Z-33

<b>CAPATAZIAS</b>	<b>LIDERANÇAS</b>	<b>ASSOCIADOS</b>
<b>Município de Içara</b>		
Balneário Rincão	Ivonete Ramos Sebastião	564
Lagoa dos Freitas	Daniel Mage	
Lagoa dos Esteves	<i>Não possui liderança</i>	
Balneário Barra Velha	Tereza Correa Tavares	66
Lombas Pedreira	Joaquim Rodrigues da Silva	200
<b>Município de Jaguaruna</b>		
Balneário Torneiro	Jacir Cardoso	161
Balneário Esplanada	Custodia dias Floriano do Nascimento	

Os assuntos discutidos nas reuniões composta pela diretoria posteriormente são debatidos também nas Assembléias Gerais. Como pode ser comprovado pelo livro ata da Colônia. Desde sua fundação, em 2004 até 2011, a associação sempre respeitou o Estatuto com relação às Assembléias Gerais e reuniões extraordinárias. Neste período foram realizadas cinquenta e seis reuniões, uma média de sete reuniões por ano. No ano de 2004 foram realizadas apenas

duas reuniões, pois a Associação estava em processo de estruturação. No entanto, nos anos seguintes a Associação exerceu sua função social e discutiu com seus associados os assuntos relacionados à atividade pesqueira. No ano de 2005, foram realizadas cinco reuniões; 2006, dez; 2007, sete; 2008, oito; 2009, oito; 2010, seis; 2011, dez reuniões.

As regras estabelecidas nas Assembléias mudam conforme as necessidades da Colônia e também das mudanças das legislações federais vigentes referentes às modalidades de pesca, locais de pesca, período do defeso, entre outros. Estas informações são repassadas aos pescadores pelas Assembléias Gerais e reuniões comunitárias, também por meio da mídia regional e telefone.

### **5.3 A gestão dos recursos de uso comum da Colônia de pescadores Z-33**

Para entender a gestão aplicada na Colônia de Pesca foram utilizadas duas teorias, a lógica da ação coletiva de Olson (1999) para entender as razões que mantêm os grupos unidos (Tabela 1) e ferramentas e princípios do autogoverno das organizações, elaboradas por Ostrom (1990 e 2002), que fundamentam os princípios para os recursos de uso comum, para os apropriadores do recurso de uso comum e para a gestão compartilhada (Tabela 5).

Utilizando a lógica da ação coletiva, percebeu que a Colônia tem como objetivo de interesse comum o recurso pesqueiro, que a unidade do recurso de uso comum. Este objetivo mantém os indivíduos do grupo unidos, ou seja, os pescadores artesanais. Este objetivo em comum enquadra a Colônia na variante formal da teoria tradicional dos grupos sociais, os indivíduos se unem pelo fato de terem um objetivo em comum.

Esta união é possível de ser observada também nas prerrogativas do Estatuto da Colônia, descritos no item anterior, que além de garantir os direitos aos benefícios para a classe dos pescadores, a Associação também tem a função social junto às comunidades da Colônia. A Colônia, segundo seu Presidente “não é só pra fazer carteira de pesca e pagar o defeso, mas ela vem cumprir uma função

social na comunidade”<sup>7</sup>. A partir da implantação da Colônia os pescadores e os trabalhadores da pesca passaram a ter direitos, como aposentadoria, seguro defeso<sup>8</sup>, auxílio doença, entre outros. Dentre os objetivos da Colônia de Pescadores, estão os projetos relacionados à questão social, como a busca por projetos de habitação para os pescadores, rede de esgoto, inclusão digital através da escola de informática para os pescadores e seus dependentes e orientação aos trabalhadores da pesca na busca de seus direitos enquanto cidadãos.

As comunidades pesqueiras artesanais da Colônia de Pesca Z-33, localizam-se no entorno de áreas urbanizadas, margeando as lagoas e os balneários e também em áreas mais afastadas do litoral. A classe dos pescadores que vivem nestas comunidades caracteriza-se por baixo nível de escolaridade e também de renda, contrastando com a população mais abastada que vive próxima das lagoas e balneários.

Entretanto, existem diferenciações sociais dentro da atividade pesqueira artesanal, visto que um número reduzido de pescadores possui condições de obter alguns instrumentos de pesca, como por exemplo, as embarcações. Os donos das embarcações, sempre recebem um montante, designado pelos pescadores artesanais “um quinhão” maior que os outros participantes da atividade. Esse “quinhão”, que varia de acordo com a quantidade pescada, é de 50% do total capturado. Além disso, quando o número de captura é elevado, os pescadores artesanais da área de abrangência da colônia de pescadores Z-33 não possuem estrutura para o armazenamento, o que favorece a ação dos atravessadores, que conhecendo a pouca infraestrutura dos pescadores artesanais, pagam um valor bastante reduzido pelo pescado.

O pescado capturado pelos associados da Colônia, quando em menor quantidade, é comercializado na beira da praia pela população de veraneio, no interior das comunidades da Colônia pelos próprios pescadores e suas famílias.

---

<sup>7</sup> João Pícollo, Presidente da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Lívia da Silva Feltrin, em 09/12/2010.

<sup>8</sup> O pescador de acordo com a Lei Federal 10.779/2003 tem direito ao benefício seguro desemprego de um salário-mínimo, no período em que é proibido, sujeito ao cancelamento do benefício, a captura de espécies em reprodução, chamado de defeso. Este benefício é a única fonte de renda do pescador e sua família durante o período do defeso.

Quando capturado em grande quantidade, o pescado é vendido para o atravessador que comercializa na região Sudeste do Brasil.

Para complementar a renda familiar, alguns pescadores desenvolvem trabalhos de artesanato (Figura 3), também serviços gerais para população das comunidades e municípios de entorno, além da confecção e venda dos apetrechos de pesca (Figura 4) realizada pelos próprios pescadores das comunidades.



**Figura 3:** trabalhos de artesanato desenvolvido pelos pescadores da Colonia Z-33. Fonte: site [WWW.coloniadepescadores.com](http://WWW.coloniadepescadores.com)





**Figura 4:** Confeção artesanal de redes de pesca na comunidade de Pedreiras – Içara (SC). Foto de Livia da Silva Feltrin (2011).

O território de abrangência das comunidades da Colônia abarca em média, um total de 14.907 domicílios e 11.433 habitantes residentes durante todo o ano, segundo dados do IBGE (2010). Dos moradores fixos, 991 apenas são associados da Colônia e o restante são moradores com residências fixas ou de veraneio.

Percebe-se nos dados do IBGE (Tabela 4) que, na área das comunidades da Colônia, existem mais domicílios que habitantes residentes. Isso se deve ao fato destas comunidades localizarem-se próximas ao litoral e serem locais de veraneio de moradores dos municípios vizinhos. As duas comunidades com maior número de habitantes relacionados aos domicílios são as comunidades de Pedreiras (2.998 habitantes) e de Lagoa dos Freitas (1.241 habitantes), por localizarem-se mais afastadas do litoral se comparadas às outras comunidades. As

comunidades de Esplanada (397%), Lagoa dos Esteves (121%), Balneário Rincão (66%), Balneário Barra Velha (56%), Balneário Torneiro (24%), apresentam um percentual maior de domicílios se comparados a população residente.

Segundo o Presidente da Colônia de Pescadores Z-33, a diferença entre o número total de domicílios e de pessoas que residem na faixa da orla marítima dos municípios de Içara e Jaguaruna está relacionada com o crescente afastamento dos pescadores das proximidades do mar:

*Hoje o pescador já saiu da beira da praia. Nós aqui na nossa comunidade no Rincão, o pescador morava na beira da praia e com a questão do crescimento do município da praia do Rincão, os ricos foram comprando e colocando as mansões e os prédios, e os pescadores foram se retirando para trás. Então, na verdade, os pescadores estão se isolando do mar. Estão sendo tirados da beira da praia...<sup>9</sup>*

**Tabela 4:** Número de domicílios e população residente nas comunidades de abrangência da Colônia de Pescadores Z-33

Comunidades	Domicílios	População Residente	Diferença entre domicílio e população	Quantidade maior de domicílios em relação à população (%)
<b>Município de Jaguaruna</b>				
Balneário Torneiro	422	340	82	24,12
Balneário Esplanada	1.845	371	1.474	397,30
<b>Município de Içara</b>				
Pedreiras	1.055	2.998	- 1.943	
Balneário Barra Velha	793	509	284	55,80
Lagoa dos Freitas	751	1.241	- 490	
Lagoa dos Esteves	442	200	242	121
Balneário Rincão	9.599	5.774	3.825	66
<b>Total</b>	<b>14.907</b>	<b>11.433</b>		

Fonte: IBGE (2010)

Com a intensa urbanização nos espaços antes ocupados pelos descendentes de açorianos e atuais membros da Colônia de Pescadores Z-33, os pescadores deixaram a orla marítima e se deslocaram para comunidades mais afastadas, formando áreas segregadas e levando ao distanciamento das pessoas das atividades pesqueiras.

Segundo a diretoria da Colônia de Pescadores Z-33 e entrevistas feitas com pescadores, atualmente, grande parte dos jovens das comunidades pesqueiras pertencentes à Colônia, não se mantém na atividade pesqueira. A faixa

etária dos pescadores varia entre 35 e 50 anos de idade. Esse quadro está relacionado com todos os problemas enfrentados pelas comunidades pesqueiras, como a diminuição dos recursos pesqueiros, a poluição das águas e outros que fazem com que os jovens ao perceber estas dificuldades optem pela procura de outra atividade econômica.

Frente a essa problemática, os pescadores artesanais que foram afastados das comunidades próximas do mar e tinham suas formas de apropriação do espaço pesqueiro, tiveram que se reestruturar enquanto organização de grupo social. Isso ocorre porque os pescadores se dispersam dos seus espaços de moradia e as regras de apropriação dos espaços naturais são alteradas, uma vez que o pescador tinha um sentimento de pertencimento ao meio em que vive. Dessa forma, a cultura dos pescadores tradicionais que viviam próximos do mar sofreu modificações.



**Figura 5:** Avanço da urbanização sobre as áreas de restinga. Balneário Rincão – Içara (SC).

**Fonte:** <http://assessoriaondaverde.blogspot.com/2009/02/relatorio-final-da-operacao-resinga.html>

A especulação imobiliária no município de Içara, nas comunidades da Lagoa dos Esteves, representada na figura 1 com o número 5, na comunidade do

---

<sup>9</sup> João Pícollo, Presidente da Colônia de pescadores Z-33, sediada no Balneário Rincão, em Içara.

Balneário Rincão, número 1, e Balneário Barra Velha, número 2, para fim de veraneio, contribuiu para o afastamento de alguns pescadores dessas comunidades. A mesma realidade pode ser observada no município de Jaguaruna, nos balneários de Esplanada e Torneiro, figura 2.

[...] a pesca sempre teve na beira da praia. Aí, o que aconteceu? Os pescadores eram donos das áreas na beira da praia. [...] Veio um pessoal das cidades maiores, em função do dinheiro, pagou por aquelas área. Provavelmente não pagou aquilo que seria o ideal e, deslocaram os pescadores para o fundo da praia. [...] Muita gente diz que o Rincão não tem pescador. Mas, por quê? Porque, os pescadores [...] estão lá no fundo da praia, encostados nas dunas<sup>10</sup>.

Outra constatação é que alguns pescadores estão “disputando” seu espaço de pesca apropriado para realização das suas atividades de pesca tanto em terra firme e quanto no ambiente aquático, com outros usos, como a ocupação do seu território de pesca pelos veranistas. Estes por sua vez, se apropriam do ambiente terrestre e aquático para suas atividades de lazer no período de dezembro a março. Porém, enquanto que o ambiente aquático é ocupado por apenas um período de três meses, o ambiente terrestre é modificado completamente pela construção de casas de veraneio e de serviços.

No período de veraneio, a rotina dos pescadores muda significativamente, pois algumas modalidades de pesca não são permitidas pelos órgãos competentes, principalmente no que diz respeito às artes de pesca utilizadas próximas da praia, como a rede de espera, tarrafas e corrico. Neste período, o mar é ocupado por veranista com suas embarcações de lazer, que envolvem pequenos botes a remo e motor, Jet ski, entre outros.

A pesca artesanal é considerada um trabalho desafiador, pois não existe uma apropriação contínua e formal, já que o ambiente marinho não é algo fixo e sim instável, diferente do espaço terrestre. Além dos desafios próprios da pesca pela característica móvel do espaço marítimo, muitas vezes, os pescadores têm que disputar este espaço com os veranistas. E, estes, algumas vezes não respeitam a cultura pesqueira e cometem vandalismo com os apetrechos de pesca, dispostos na beira da praia.

---

Entrevista concedida a Livia da Silva Feltrin, em 09/12/2010.

<sup>10</sup> Marcelo Silva Pedroso. Médico Veterinário. Secretário Regional da Pesca na EPAGRI, em Içara. Entrevista realizada por Livia da Silva Feltrin, dia 22/11/2011.

Para preservar os apetrechos de pesca dos vândalos, alguns pescadores passam o tempo vigiando (Figura 5). É o caso da Dona Ivonete Ramos Sebastião que junto com seu marido e o genro cuidam da rede de espera para que as pessoas não estraguem seu instrumento de trabalho.

Tem o vandalismo, né. Vandalismo tem. Eles vão lá e cortam os cabos e robam os peixes da rede. Vão lá no mar. O cara tem que ser nadador profissional porque vão lá fora não sei quantos mil metros lá fora. Vão nadando pra roubar peixe da rede. Tem que ser um bem nadador, né. Eu digo toda vida! Tem que ter coragem. Porque agente é que não vai, né. Ou então, eles cortam o cabo, né. Aí a rede vem pra terra<sup>11</sup>.



**Figura 6:** Pescadores cuidando de seus apetrechos de pesca na praia. Içara (SC).

**Fonte:** site [WWW.coloniadepescadores.com](http://WWW.coloniadepescadores.com)

As transformações no meio litorâneo tanto no espaço terrestre, com o processo de urbanização e isolamento da população tradicional para áreas distantes da zona costeira, quanto o espaço marinho, com a ocupação desordenada pelos veranistas e suas atividades de lazer, reduzem as atividades pesqueiras e causam conflitos entre estes dois usos múltiplos.

A redução da atividade está atrelada ao processo de contaminação por esgotos não tratados dos ecossistemas costeiros, levando à diminuição da disponibilidade da grande maioria das unidades do recurso de uso comum e

também a poluição do mar. A poluição mar, recurso onde é subtraído o pescado, fonte de renda dos pescadores artesanais, também acaba refletindo, além da quantidade, na qualidade desta unidade do recurso, apesar de não serem constatados instrumentos de análise da qualidade do pescado que chega ao mercado consumidor.

A quantidade de pescado que se aproxima de orla, nos últimos anos, segundo algum pescador diminuiu significativamente. Isso significa que a previsibilidade do fluxo das unidades do recurso são finitas.

Ela (*quantidade*) vem diminuindo, isso agente percebe natural. [...]. E, é exatamente na questão do uso dos recursos, a questão da preservação das bocas de barra, o berçário, a questão da mata ciliar, a questão dos mangues que está sendo destruído. [...] É ali onde que se cria. [...] Então, a destruição não só do mar, mas também das encostas (*margens*). O que que acontece, no momento que você acaba com o entorno das lagoas e começa a acabar com a mata, com os mangues. Automaticamente, você está acabando com a cadeia (*alimentar*).

Segundo pescadores são perdidos muito apetrechos de pesca em função dos resíduos sólidos encontrados no mar que caracterizam a poluição. Depoimentos de pescadores relatam que “quando vem a rede, vem um monte de madeira. Só esse ano, nós já perdemos umas duas redes. Rasgou tudo a madeira. Arrebenta tudo a rede” <sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Ivonete Ramos Sebastião. Líder da capatazia do Balneário Rincão da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Livia da Silva Feltrin, em 23/11/2011.

<sup>12</sup> Ivonete Ramos Sebastião. Líder da capatazia do Balneário Rincão da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Livia da Silva Feltrin, em 23/11/2011.



**Figura 7:** Lixo jogado nas dunas próximas a Lagoa do Jacaré. Balneário Rincão, Içara (SC).

**Fonte:** <http://assessoriaondaverde.blogspot.com/2010/01/denuncia-dunas-com-lixo-na-praia-do.html>

Para o presidente da Colônia, a grande maioria dos pescadores tem conhecimento dos limites dos recursos e foram instruídos para preservação, a fim de garantir o uso da unidade do recurso. O pagamento do seguro defeso e a proibição da pesca de algumas espécies garantem a preservação e manutenção do ciclo biológico das espécies e, também, é uma forma de mostrar aos pescadores que existem limites na capacidade de uso da unidade do recurso.

Outro conflito do ambiente aquático é a concorrência com a pesca industrial, considerada pelo presidente da Colônia, como um dos principais conflitos de uso. Mesmo que a legislação garante o direito aos pescadores artesanais de utilizar uma área até 5 milhas náuticas, segundo o presidente da Colônia isso não é respeitado pelos barcos de pesca industrial.

Esse é um dos maiores conflitos, pois além de atingir fora (além) das áreas que é permitida (5 milhas da costa) ela interfere muito, inclusive com a pesca predatória, o tipo de malha que é utilizado. Tiram o direito dos pescadores artesanais, pescam quantidade bem maior. Viver da pesca é uma coisa, viver do lucro da pesca é uma coisa bem diferente o caso da pesca industrial<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> João Pícollo, Presidente da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Livia da Silva Feltrin, em 28/10/2011.



A concorrência pela captura excessiva do pescado faz com ocorra a subtração da unidade do recurso para um dos níveis profissionais da pesca, ou seja, o pescador artesanal.

Os pescadores artesanais entrevistados têm conhecimento de que a subtração excessiva da unidade do recurso e a poluição das águas limitam a sobrevivência na atividade pesqueira (Tabela 5). Por isso, há denúncias por parte dos pescadores da captura excessiva da unidade do recurso, tanto por parte dos pescadores artesanais como dos industriais. Segundo entrevista, quando ocorre a aproximação excessiva dos barcos de pesca industrial, esta modalidade interfere na pesca artesanal, pois ocorre a diminuição do pescado para os pescadores artesanais. Para o entrevistado, que não será identificado, “é, quando eles fazem aquele arrastão aí diminói pra nós, né”.

Isso mostra que os pescadores conhecem os limites territoriais da área da Colônia. Entretanto, alguns pescadores, na maioria os que não possuem a carteira profissional de pescador e também alguns pescadores artesanais, em função da fiscalização precária, conhecem os limites, mas não o respeitam.

O distanciamento da pesca industrial da orla marinha, como institui a legislação, pode garantir que algumas espécies se aproximem da orla e possam completar o ciclo biológico de reprodução para posteriormente serem capturadas pelo pescador artesanal.

Nós estamos numa briga pra conseguir manter a pesca industrial distanciada da costa a 5 milhas aqui porque essa é a norma e tem que ser cumprida. E os pescadores artesanais têm a modalidade em cada local. Arrastão de praia, outro rede de espera, as modalidades. Se agente conseguir garantir isso. A reprodução na costa, o peixe vai encostar mais pro pescador artesanal, que é o nosso caso, do nosso pequeno pescador<sup>14</sup>.

Na Colônia também ocorrem alguns conflitos pontuais entre a própria categoria dos pescadores artesanais, em função do espaço de pesca e das diferentes artes de pesca.

Existem os conflitos entre os próprios pescadores, em cada modalidade de pesca. Existem formas de pesca, por exemplo, quem pesca com rede de espera, rede corrico, de canoa. Então, existem esses conflitos entre os próprios pescadores que é da categoria dos pescadores artesanais. Se não for feito um monitoramento da orla, esses conflitos sempre vão existir.

---

<sup>14</sup> João Pícollo, Presidente da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Lívia da Silva Feltrin, em 25/11/2011.



Cada um tem o direito de ter os espaços porque o mar é público. Ele da direito e acesso a todos e por isso tem que haver monitoramento<sup>15</sup>.

No entanto, a maior parte dos pescadores respeita os limites de espaços de pesca, evitando que uma modalidade interfira na captura da outra. Dona Ivonete Ramos Sebastião relata que:

Eles respeitam nós sim. Até quando é a pesca de arrasto eles respeitam o espaço. Eles chegam aqui e perguntam “- Tá pescando aqui?” “-Tô”. Se nós não pescar ali porque não deu, o outro também não bota. E, nós também não botemo<sup>16</sup>.

Para os membros da Colônia que não respeitam as regras estabelecidas, a associação não tem poder de fiscalização. O associado recebe informações e orientações sobre as regras da atividade pesqueira quando é cadastrado junto à Colônia de Pesca. O trabalho de fiscalização da atividade pesqueira assim como o de punição aos pescadores é de responsabilidade da Polícia Ambiental e do IBAMA. O IBAMA juntamente com a polícia ambiental são entidades que garantem a manutenção da atividade pesqueira da Colônia, pois são responsáveis pela fiscalização das atividades, tanto profissional, amadora, quanto artesanal.

Um dos conflitos de uso que ocorrem não só na área da Colônia, mas ao longo de praticamente todo o rio Urussanga é a contaminação das águas do rio e consequentemente do mar por metais pesados derivados do processo de exploração e beneficiamento de carvão mineral. Dados de Terceiro Relatório de Monitoramento dos Indicadores Ambientais do Carvão (BRASIL, 2009) divulgado, em setembro de 2009, em cumprimento a Ação Civil Pública 2000.72.04.002543-9/SC, mostram que todos os indicadores pH, ferro total, manganês total, acidez total, oxigênio dissolvido, condutividade, alumínio total, sulfatos e temperatura analisados apresentam valores fora dos padrões estabelecidos para água doce, definidos pelo CONAMA 357/2005. Os indicadores foram monitorados na bacia do rio Urussanga por uma rede de amostragem com 37 estações de monitoramento de março de 2002 a 2009.

---

<sup>15</sup> João Pícollo, Presidente da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Lívia da Silva Feltrin, em 28/10/2011.

<sup>16</sup> Ivonete Ramos Sebastião. Líder da capatazia do Balneário Rincão da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Lívia da Silva Feltrin, em 23/11/2011.

A contaminação das águas do rio Urussanga por metais pesados fez com a captura do pescado no rio e na Lagoa da Urussanga Velha fosse praticamente extinta.

Hoje praticamente no rio Urussanga não tem mais atividade da pesca. Hoje no rio, com a poluição do carvão, acabou praticamente com o peixe. A Lagoa da Urussanga Velha que é onde as famílias se criaram dentro da atividade, que era onde criava o peixe, onde tinha a tainha e o pessoal pescava e tudo, hoje praticamente, muito pouco se pesca dentro da Lagoa, por causa da poluição do carvão que poluiu aquela área<sup>17</sup>.

Outro tipo de conflito de uso está relacionado ao uso do espaço litorâneo para pesca amadora. São geralmente pescadores de final de semana e de veraneio, que não possuem carteira profissional de pescador. Ainda assim, utilizam do recurso pesqueiro que algumas vezes, o pescador artesanal está impossibilitado de capturar, em função do período do defeso. Em entrevista, alguns pescadores, apontam que não se importam com esta modalidade de pesca, já que é uma modalidade que captura uma quantidade, considerada por eles, insignificante. Segundo relator de um pescador, que não será identificado:

Mas eu não acho errado. Eles pescam pouco. Pescam com corrico. Às vezes, eles até brincam, né. “-Tô tarrafeando. Será que os fiscal vão aparecer aí? Não vão me dedar hein!”. Aí agente diz “-Se o fiscal pegar, o problema é teu, né!”. Eu não sou contra a pessoa dar uma tarrafada ou uma redada.

Os mecanismos para solução de conflitos entre os apropriadores são resolvidos por interferência da Colônia de Pescadores. Segundo o presidente da Colônia, os conflitos existentes são minimizados por meio do diálogo entre os pescadores envolvidos no conflito. Quando os conflitos são mais graves além dos pescadores envolvidos são chamados, pela Colônia, os outros usuários, representantes do Ministério da Pesca, representantes da Federação dos Pescadores e representantes das comunidades de pesca, a fim de definir as regras de apropriação do espaço da atividade pesqueira.

A Colônia de Pescadores tem a capacidade de se organizar e estabelecer suas regras sem a intervenção de ação externa, pois desenvolveu um projeto de alfabetização chamado de “Pescando Letras”, que formou seis turmas de jovens e adultos pescadores, num total de 165 jovens e adultos nas

---

<sup>17</sup> João Pícollo, Presidente da Colônia de pescadores Z-33. Entrevista concedida a Livia da Silva Feltrin, em 09/12/2010.

comunidades de Balneário Torneiro, Mirassol, Pedreira e Lagoa dos Esteves. Desenvolveu também projetos de inclusão digital, com aulas de informática na Associação.

A Colônia tem iniciativa de articulação em diferentes níveis, uma vez que desenvolve em parceria com a EPAGRI e SENAI trabalhos de orientação por meio de oficinas de artesanato e culinária pesqueira e as reuniões realizadas para os pescadores, além de assessoria direta na Colônia, com construção de crédito ao pescador. A EPAGRI além oferecer as oficinas, orienta também na produção e comercialização desses materiais confeccionados. O atendimento específico da EPAGRI é um plano de desenvolvimento da pesca, a fim de tentar auxiliar fazendo com que os grupos de pescadores artesanais consigam agregar valor nas várias áreas da pesca, como por exemplo, na comercialização do pescado, abrindo mão da venda ao atravessador e na confecção do artesanato com escama de peixe. No período do defeso, a instituição dá maior ênfase em cursos de processamento do pescado e de artesanato.

Tabela 5: A teoria para que as organizações se autogovernem aplicada na Colônia de Pescadores Z-33

Teoria de Ostrom (1990 e 2002)	Realidade da Colônia de Pescadores Z-33
<b>Princípios para evitar perdas sociais associadas aos recursos de uso comum</b>	
Aprimoramento aceitável das condições do recurso para que justifique a organização.	A organização é justificada, pois existem vantagens na apropriação da unidade do recurso, no caso o pescado que se encontra em condições de ser utilizado.
Indicadores confiáveis e válidos das condições do sistema de recurso estão disponíveis a custo relativamente baixo.	A associação é parceira no projeto desenvolvido pela Unesc "Diagnóstico socioambiental de áreas degradadas pela mineração de carvão para a construção de instrumentos de gestão pública ambiental: aplicação na interface entre a área de proteção ambiental da baleia franca e o estuário da bacia hidrográfica do rio Urussanga". Acompanhamento dos pescadores junto ao rio Urussanga em eventuais problemas relacionados à poluição.
Previsibilidade do fluxo das unidades de recurso	Há uma redução das unidades do recurso pela ocupação desordenada dos estuários, redução dos berçários, matas ciliares, mangues, contaminação dos ambientes lagunares.
Conhecimento por parte dos apropriadores dos limites do recurso de uso comum	A grande maioria dos pescadores tem conhecimento dos limites dos recursos e são instruídos para preservação, a fim de garantir o uso da unidade do recurso. O pagamento do seguro defeso e a proibição da pesca de algumas espécies garantem a preservação e manutenção do ciclo biológico das espécies e, também, é uma forma de mostrar aos pescadores que existem limites na capacidade de

	<p>uso da unidade do recurso.</p> <p>Limitar espaço para as diferentes modalidades de pesca.</p> <p>Alguns pescadores foram capacitados junto com os membros da APA da Baleia Franca, para construção de um plano de manejo para o uso dos recursos de uso comum.</p>
<b>Princípios dos apropriadores do recurso de uso comum</b>	
Necessidade do recurso para a sua sobrevivência	A grande maioria dos pescadores tem conhecimento de que a subtração excessiva da unidade do recurso e a poluição das águas limitam a sobrevivência na atividade. Por isso, há denúncias por parte dos pescadores da captura excessiva da unidade do recurso, tanto por parte dos pescadores artesanais como dos industriais.
Entendimento comum por parte dos apropriadores de que o recurso é de uso comum, o uso excessivo do recurso afeta outros usuários e o entendimento do funcionamento do sistema do recurso	
Baixa taxa de desconto em relação aos benefícios futuros que obterão do recurso	Não foi identificada
Respeito entre os usuários e o comprometimento dos mesmos no cumprimento das regras estabelecidas	Existem limites de espaços de pesca entre os usuários que são respeitados, como por exemplo a distância entre as modalidades de pesca, evitando que uma modalidade interfira na captura da outra.
Capacidade dos apropriadores em se organizarem e estabelecerem suas regras sem a intervenção externa	A Associação desenvolve projetos para capacitação dos pescadores, como “Pescando Letras”, projeto de alfabetização que formou seis turmas de jovens e adultos pescadores, em algumas comunidades, com inclusão digital; Projeto de inclusão digital, com aulas de informática na Associação;
Experiência de organização anterior dos apropriadores e liderança local, ou seja, os apropriadores necessitam aprender os instrumentos básicos da organização, seja por meio de conhecimento prévio ou pela participação em outras associações locais	Não foi identificada
<b>Princípios básicos para gestão compartilhada dos recursos de uso comum</b>	
Limites territoriais definidos	Os pescadores conhecem os limites territoriais da área da Colônia. Entretanto, alguns pescadores que não possuem a carteira profissional de pescador, em função da fiscalização precária, conhecem os limites, mas não respeitam.
Coerência entre as regras estabelecidas e os custos impostos aos apropriadores e também às condições locais	Não foi identificada
Modificação das regras para escolhas coletivas, isto é, todos os apropriadores devem receber informação sobre os benefícios e custos dos recursos para que possam se adaptar as regras disponíveis	As regras estabelecidas nas assembléias mudam conforme as necessidades da Colônia e também das mudanças das legislações federais vigentes referentes às modalidades de pesca, locais de pesca, período do defeso, entre outros. Informações repassadas aos pescadores, por meio da mídia regional, assembléias gerais e reuniões comunitárias.
Monitoramento ou acompanhamento por parte dos apropriadores do recurso, seja para verificar as condições dos recursos ou para fiscalizar o comportamento de outros apropriadores no caso de alguns burlarem as regras pré-estabelecidas, com intuito de receber benefícios maiores em detrimentos aos demais apropriadores	Não foi identificada

Sistema de sanções aos apropriadores que violem as regras pré- estabelecidas, aplicado pela própria organização de usuários do recurso.	O associado recebe informações e orientações sobre regras da atividade pesqueira quando é cadastrado junto à colônia de pesca. O trabalho de fiscalização da atividade pesqueira assim como o de punição aos pescadores é de responsabilidade da Polícia Ambiental e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A associação não tem poder de fiscalização.
Mecanismos para solução de conflitos entre os apropriadores	Existem conflitos entre os próprios pescadores artesanais e os com os outros usuários da água tanto do mar, quanto do rio Urussanga. Os conflitos são minimizados por meio do diálogo entre os pescadores envolvidos no conflito e os outros usuários, representantes do Ministério da Pesca, representantes da Federação dos Pescadores e representantes das comunidades de pesca, a fim de definir as regras de apropriação do espaço da atividade pesqueira.
Reconhecimento mínimo dos direitos de planejar suas instituições e se organizar sem serem contrariados por autoridades governamentais	A Associação, além de dar assistência profissional aos pescadores, tem uma função social para agregar valor a atividade pesqueira.
Autonomia para iniciativas articuladas em diferentes níveis	Promove cursos de alfabetização de jovens e adultos, Escola de informática, culinária pesqueira (parceria EPAGRI e SENAI), artesanato, Projeto de Habitação (parceria com Governo Federal), Casa do Pescado, com armazenamento e beneficiamento do pescado. Participa da cooperativa da COPAFI, para comercialização da pesca artesanal. Projetos futuros para inclusão do pescado na merenda escolas.

Outros projetos desenvolvidos foram o Projeto de Habitação, em parceria com o Governo Federal, que construiu 71 casas populares já entregues aos pescadores; o Projeto da Casa do Pescador, com armazenamento e beneficiamento do pescado e promoção da cultura pesqueira; Participação na cooperativa da COPAFI, para comercialização da pesca artesanal. Um dos projetos futuros será o incentivo a inclusão do pescado na merenda escolar.

Outra instituição que apóia a Colônia é a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) nas atividades junto a Colônia de pesca, por meio de pesquisas<sup>18</sup> na área de gestão pública e na capacitação dos pescadores artesanais. Esta parceria traz alguns indicadores confiáveis e válidos da qualidade da água e dos sedimentos da bacia do rio Urussanga, que vão repercutir na quantidade e qualidade da unidade do recurso, ou seja, o pescado. Os dados

<sup>18</sup> A Unesc desenvolveu o projeto “Diagnóstico socioambiental de áreas degradadas pela mineração de carvão para a construção de instrumentos de gestão pública ambiental: aplicação na interface entre a área de proteção ambiental da baleia franca e o estuário da bacia hidrográfica do rio Urussanga”

pesquisados, diante da contaminação da água do rio Urussanga, contribuem para o reconhecimento da escassez do pescado tanto no rio como em algumas lagoas.

Entretanto, não existem dados relativos à qualidade da água da orla litorânea próxima a essas Colônias, impossibilitando o conhecimento da qualidade do pescado capturado, visto que, nessas áreas, são lançados pelos rios inúmeros contaminantes, como os metais pesados da exploração e beneficiamento do carvão e os esgotos *in natura* oriundos da falta de saneamento básico nas áreas litorâneas.

A Colônia de Pescadores também trabalha em conjunto com a Associação das Mulheres Girassol e Arte Rincão que desenvolvem atividades com artesanato pesqueiro com escamas de peixes, fios, tecidos, mosaicos, recicláveis. Estes materiais são expostos e comercializados em feiras de culinária e artesanato pesqueiros em várias regiões do país.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade pesqueira artesanal da Colônia de Pescadores Z-33, com sede no Balneário Rincão, Içara (SC), abrange as comunidades de Balneário Rincão, Balneário Barra Velha, Pedreiras, Lagoa dos Freitas e Lagoa dos Esteves, em Içara e Balneário Torneiro e Balneário Esplanada, em Jaguaruna (SC) é gerenciada de forma compartilhada.

Para entender o processo de gestão aplicada na Colônia de Pesca foram utilizadas duas teorias, a lógica da ação coletiva de Olson (1999), a fim de entender as razões que os indivíduos se aproximam e forma grupos unidos em torno de algo desejado por todos e Ostrom (1990 e 2002) que institui ferramentas para organizações que se autogovernam, baseadas em três princípios: para os recursos de uso comum, para os apropriadores do recurso de uso comum e para a gestão compartilhada.

A teoria da lógica da ação coletiva de Olson (1999) aplicada na Colônia de pescadores Z-33, traz elementos importantes sobre as principais características do grupo de pescadores artesanais da área de abrangência da Colônia. A partir dos elementos levantados pelo autor, foi possível avaliar itens como o tamanho e coesão do grupo e seu objetivo. A partir do reconhecimento das características do grupo de pescadores artesanais da Colônia, a teoria de Ostrom (1990 e 2002) que avalia a gestão dos grupos que se autogovernam trouxe subsídios para avaliar gestão da Colônia. Os princípios da teoria do autor apontam que a Colônia possui ferramentas importantes para evitar perdas relativas ao recurso de uso comum, neste caso, o pescado, para os indivíduos que se apropriam do recurso de uso comum e para que haja a gestão compartilhada do recurso de uso comum, que é vista por autores como Berkes (2005) e Ostrom (1990 e 2002) como a melhor forma de gerir um recurso compartilhado.

A Colônia de Pescadores Z-33, enquanto uma organização autogovernada possui alguns mecanismos que se enquadram na teoria de Ostrom (1990 e 2002). Na gestão da Colônia, todos os associados participam das tomadas de decisões, referente aos assuntos da atividade pesqueira, além da contribuição de organizações acadêmicas, governo, instituições de pesquisa e outros atores

envolvidos na atividade. Estes atores decidem o futuro da atividade pesqueira. As regras e modificações relativas à Colônia de Pescas também são estabelecidas de maneira coletiva, visto que todos os indivíduos que participam da associação recebem as informações necessárias e as regras são estabelecidas por meio de assembleias, que estão sujeitas a modificações de acordo com mudanças das legislações federais vigentes. O associado é orientado sobre todas as regras da atividade pesqueira no momento em que é cadastrado junto à Colônia.

Além da autonomia e participação de todos na tomada de decisões, a Colônia de Pescadores Z-33 possui métodos para minimizar conflitos existentes entre os pescadores artesanais com sua própria categoria e com outros usuários do espaço pesqueiro, tanto no ambiente terrestre quanto no ambiente aquático. Isto acontece por meio do diálogo entre os envolvidos, representante da Colônia, da comunidade e representante do Ministério da Pesca para definição de regras de apropriação do espaço da atividade pesqueira.

A Colônia de pesca possui conhecimento de seus direitos e por isso tem a iniciativa de se planejar e organizar sozinha, visto que além da assistência dada à atividade pesqueira, como seguro defeso, auxílio doença e outros direitos garantidos aos pescadores artesanais, ela tem função social nas comunidades, por meio de importantes projetos ligados à inclusão do pescador na sociedade.

Estas e outras características da Colônia de Pescadores Z-33, conferem à associação a gestão compartilhada, que proporciona importante suporte e auxílio aos pescadores artesanais. Entretanto, existe urgência de políticas públicas eficientes, visto que a faixa etária dos pescadores artesanais mostra que não há interesse dos jovens em ingressar e dar continuidade a esta atividade e a presente realidade, em longo prazo, poderá levar a atividade pesqueira ao fim.



## REFERÊNCIAS

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação dos recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/ APED, 2005.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; MUNHOZ, Tania Maria Tonelli. **Gestão dos recursos naturais**: subsídios à elaboração da agenda 21 brasileira. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2000. p. 39-46.

BOSHI, Renato Raul. **A arte da associação**: política de base e de democracia no Brasil. São Paulo: Ed. Vértice, 1987.

BRASIL. **LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997**: Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, DF: Casa Civil, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm)

BRASIL. **LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras. Disponível em: <http://www.apasfa.org/leis/9605.shtml>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução 357/2005**. Brasília: 2005. 23p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>. Acessado em 10/12/2008

BRASIL. **LEI Nº 11.699, DE 13 DE JUNHO DE 2008**: Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11699.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11699.htm). Acesso em: 21 out. 2011.

BRASIL. Justiça Federal. Primeira Vara Federal de Criciúma. Processo Nº 2000.72.14.002543-9. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Nova Próspera Mineração S.A. Recuperação dos Passivos Ambientais decorrentes da mineração de carvão no sul do estado de Santa Catarina. Terceiro relatório de monitoramento dos indicadores ambientais. Criciúma, setembro de 2009. 246p. Disponível em: <http://www2.prsc.mpf.gov.br/seds/prm-criciuma/arquivo-carvao/Terceiro%20Relatorio%20GTA.zip/view>

BRASIL. **LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009**: Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm)

CALDASSO, Liandra P. **Gestão compartilhada para a pesca artesanal: O caso do fórum da Lagoa dos Patos/RS**. UFRRJ, 2008. 143p. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CALDASSO, Liandra P., MONTEIRO, Sérgio M. M. A regulação da pesca artesanal no município do Rio Grande/RS. In: III **Seminário de Economia do Meio Ambiente**, 2003. Campinas. Regulação estatal e auto regulação empresarial para o desenvolvimento sustentável, 2003. V. Único.

CALDASSO, Liandra P.; MONTEIRO Sérgio M. M. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. In: **Ambiente e Sociedade**; v. 12, n.1. Campinas, Jan./Jun. 2009.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo. nº 14, p. 119 - 125, 2003.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão. In: **Revista do Departamento de Geografia**. Universidade de São Paulo - USP, n. 14, p. 79-88, jan/fev. 2001.

CAVALCANTE, R. E. S. Caracterização da pesca artesanal exercida pelos pescadores da Colônia Z- 3 do município de Oiapoque. UEAP, 2011. 58p. Graduação em Engenharia de Pesca. Universidade do Estado do Amapá, Macapá, 2011.

CORRÊA, W. K. Consideração sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n.27, p.25-44, jan./jun. 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (Org.). **Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: O caso das comunidades caiçaras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1988.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. Campinas (SP):Papirus, 1999.

EUZEBIO, Kethury D. B. **A produção do espaço litorâneo do município de Jaguaruna/SC: estudo de caso do balneário Arroio Corrente e Cascata Vermelha**. 2010. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Bacharel no curso de Geografia – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

FEENY, D.; BERKES, F.; McCAY, B.; ACHESON, J. M. A tragédia dos comuns: Vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antônio Carlos. MOREIRA, André de Castro C. (Org). In: **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub-USP, 2001, p. 17-42.

FEENY, D; BERKES, F; McCAY, B. J.; ACHESON, J.M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A. de C. C.(Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

FERNANDES, José Carrera. GARRIDO, Raymundo José. **Economia dos recursos hídricos**. 1ª Ed. Salvador: EDUFBA, 2002. p 50-61

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

GUELERE, Denise Martignago. **Associação de irrigação**: alternativa para minimizar os conflitos entre os rizicultores da microbacia do Rio da Pedra, em Jacinto Machado-(SC) 2009. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel no curso de Geografia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. In: **Science**, 162: 1243 – 1248, 1968.

HARTMANN, W.D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas para sua solução. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. MOREIRA, André de Castro C. (org.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub-USP, 2001.

IBGE. Cadastro da população municipal por setores. Captado do site <http://www.ibge.gov.br/home/>. Em 16 de novembro de 2011

LAGO, P. F. **Gente da Terra Catarinense**: desenvolvimento e educação ambiental. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 1988.

LANE, S. T. M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs) **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1997b. p.32-39

LEE, Jin. *et. al*. La gestion integree des ressources en eau pour les organismes de bassins fluviaux. In: **Manuel de formation**. Juin, 2008. Disponível em : [www.cap-net.org/sites/cap-net.org/files/RBO%20Manual%](http://www.cap-net.org/sites/cap-net.org/files/RBO%20Manual%20.pdf)

MALDONADO, Simone C. A caminho das pedras: Percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 59-68.

MALDONADO, Simone C. No mar: Conhecimento e Produção. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 95-100.

MANCUSO, Wagner Pralon. Construindo leis: os construtores e as concessões de serviços. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, Universidade de São Paulo-USP, n.58, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452003000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100005)

McKEAN, M.A.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A. de C. C.(Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo:

NUPAUB/USP, p. (79 - 95), 2001.

NASCIMENTO, Cristina Fernandes do. **A captação e distribuição das águas e nascentes dos rios de oeste do rio Criciúma no Morro Cechinel para consumo humano**. 2010. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Bacharel no curso de Geografia – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

NASCIMENTO, Mayk Andreele do. Indivíduo e cultura: perspectivas da antropologia contemporânea. In: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, CAOS: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), n. 7, p. 32-40, set. 2004.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Tradução: Fabio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1999 (Clássicos: 16)

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. Reformulating the commons. In: **Ambiente & Sociedade**. n.10. Campinas, jan/jun., 2002. p. 5-25.

PETRELLA, Ricardo. **O manifesto da água**: argumentos para um contrato mundial. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-141

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: BRDE, 1982.

RAPOZO, Pedro. WITKOSKI, Antonio Carlos. Regimes de propriedade comum e livre acesso: aspectos sobre a constituição das territorialidades da pesca no baixo Solimões – Manacapuru, Amazonas. In: **V Encontro Nacional da Anppas**. 2010, Florianópolis (SC) Brasil.

REBOUÇAS, G. N.; FILARDI, A. C. L.; VIEIRA, P. F. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do estado de Santa Catarina. In: **Ambiente & Sociedade**. V. 9, n. 2, p. 83-104. Dez, 2006.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP & A, 2000. 192p.

**recursos naturais**: subsídios à elaboração da agenda 21 brasileira. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

ROCHA, J.M. A gestão dos recursos naturais: Uma perspectiva de Sustentabilidade Baseada nas Aspirações do “Lugar”. In: **Estudo & Debate**. Ano 7, n 1 e 2/2000, Lajeado: UNIVATES, 2001, p 167-188.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social para principiantes**: Estudo da Interação Humana. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SALDANHA, Iaskara Regina Ribeiro. **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoviella lepidontostole*) em Iguape/SP**. USP, 2005. 181p. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTA CATARINA. **Conhecendo Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Planejamento, 2009.

SANTA CATARINA. Gabinete de planejamento e coordenação geral, secretaria de estatística, geografia e informática. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

SANTA CATARINA. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina-2006/2007. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2007.

SANTOS, L. W. dos. **A fusão pesquisa agrícola-extensão rural em Santa Catarina**. 2001. 227 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SEVERO, C. M. MIGUEL, L. de A. **Caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais da Praia da Pinheira – SC (Brasil)**. 2007 (Comunicação oral captado do site <http://www.sober.org.br/palestra/13/830.pdf>. Em 16 de outubro de 2011)

SEVERO, Christiane Marques. MIGUEL, Lovois de Andrade. **Caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais da Praia da Pinheira – SC (Brasil)**. PGDR/UFRGS, Porto Alegre (RS), Brasil

SILVA FILHO, José Carlos Lázaro da. Uma revisão sobre a “Tragédia dos Bens-Comuns” e o meio ambiente como bem comum. In: Revista de Estudos Ambientais, ILUP/TU-Berlin, v. 4, n. 2-3, p.33-47, mai/dez. 2002.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Milena. Ramikres. **Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no vale do Ribeira**. ESALQ, 2004. 102p. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIEIRA, Paulo Freire. Gestão patrimonial dos recursos naturais: Construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org). **Desenvolvimento e natureza: Estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 293-322.

ZAULI, Eduardo Meira. Grupos de interesse e ação coletiva: uma crítica formal a Mancur Olson. In: **Vanguarda Econômica**. ano III, n.3, 1995. p. 87-101. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/32579848/Grupos-de-interesse-e-acao-coletiva-uma-critica-formal-a-Mancur-Olson>

## **OUTRAS FONTES PESQUISADAS**

### **Orais**

Aurélio Sebastião. Pescador. Morador do Balneário Rincão, Içara-SC à vinte anos. Entrevista realizada às 21 horas do dia 23 de novembro de 2011 (quarta-feira), por Livia da Silva Feltrin.

Ivonete Ramos Sebastião. Pescadora e representante da comunidade. Moradora do Balneário Rincão, Içara-SC à vinte anos. Entrevista realizada às 20 horas do dia 23 de novembro de 2011 (quarta-feira), por Livia da Silva Feltrin.

Jacir Cardoso. Pescador e representante da comunidade. Morador desde criança do Balneário Torneiro, Jaguaruna-SC. Entrevista realizada às 16 horas do dia 18 de novembro de 2011 (sexta-feira), por Livia da Silva Feltrin.

João Pícollo. Presidente da Colônia de Pescadores Z-33, com sede no município de Içara, nascido em 06 de agosto de 1951. Entrevista realizada às 14 horas do dia 09 de dezembro de 2010 (quinta-feira), por Livia da Silva Feltrin.

João Pícollo. Presidente da Colônia de Pescadores Z-33, com sede no município de Içara-SC, nascido em 06 de agosto de 1951. Entrevista realizada às 14 horas do dia 28 de outubro de 2011 (sexta-feira), por Livia da Silva Feltrin.

João Pícollo. Presidente da Colônia de Pescadores Z-33, com sede no município de Içara-SC, nascido em 06 de agosto de 1951. Entrevista realizada às 15 horas do dia 25 de novembro de 2011 (sexta-feira), por Livia da Silva Feltrin e Rose Maria Adami.

Joaquin Rodrigues da Silva. Pescador, representante da comunidade e vendedor de redes para pesca (Quinho Redes de Pesca). Morador desde criança da comunidade Lombas Pedreiras, Içara-SC. Entrevista realizada às 12 horas do dia 05 de novembro de 2011 (sábado), por Livia da Silva Feltrin.

Marcelo Silva Pedroso. Médico Veterinário. Secretário regional da pesca na EPAGRI - Içara, SC. Entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2011 (terça-feira), por Livia da Silva Feltrin.

Maria Aparecida Luciano. Secretária da Colônia de Pescadores Z-33. Moradora do Balneário Rincão, Içara-SC. Entrevista realizada às 16 horas do dia 25 de novembro de 2011 (sexta-feira), por Livia da Silva Feltrin.

Neuza Albano da Silva. Pescadora. Trabalha com confecção de redes. Moradora da comunidade Lombas Pedreiras, Içara-SC. Entrevista realizada às 13 horas do dia 04 de novembro de 2011 (sexta-feira), por Livia da Silva Feltrin.

Maria José. Pescadora. Moradora do Balneário Rincão, Içara-SC. Entrevista realizada às 14 horas do dia 04 de novembro de 2011 (sexta-feira), por Livia da Silva Feltrin.

Terezinha Cardoso. Pescadora. Moradora do Balneário Torneiro, Jaguaruna-SC. Entrevista realizada às 17 horas do dia 18 de novembro de 2011 (sexta-feira), por Livia da Silva Feltrin.

Valdemir José. Pescador aposentado. Morador desde criança do Balneário Rincão, Içara-SC. Entrevista realizada às 13 horas do dia 04 de novembro de 2011 (sexta-feira), por Livia da Silva Feltrin.

## **ANEXO**



**ANEXO I**  
**QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA COLÔNIA DE**  
**PESCADORES Z-33**

**ANEXO IA****QUESTIONÁRIO APLICADO NA PRIMEIRA ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-33**

1. Em que ano o senhor nasceu?
2. Há quantos anos o senhor mora nesta comunidade?
3. Quantas famílias moram nessa comunidade?
4. Há quantos anos existe a Colônia de Pescadores?
5. Como surgiu a Colônia de Pescadores?
6. Quem faz parte da Colônia de Pescadores?
7. Nas comunidades existem outras associações de pescadores?
8. Como é a gestão da Colônia de Pescadores?
9. Como é o nome oficial da Colônia de Pescadores?
10. Como está organizada?
11. Existem regras para pertencer a Colônia de Pescadores? Quem pode participar?
12. Quantos associados fazem parte da Colônia hoje?
13. A associação já teve um número maior de associados? Se a resposta for sim, quais os motivos que levaram a redução desse número?
14. Existe algum órgão governamental que auxilia na organização da associação? Como ocorre esse auxílio?
15. Existem instituições que desenvolvem trabalhos comunitários na associação? Indicar quais e seus objetivos.
16. Todas as pessoas que moram na comunidade são pescadores?
17. Quais as outras atividades econômicas nas comunidades além da pesca?
18. No período do defeso, a comunidade tem outras atividades econômicas?
19. As pessoas que não podem mais trabalhar por motivo de velhice ou doença, recebem alguma ajuda da associação de pescadores?
20. Os pescadores capturam o pescado no rio Urussanga, no mar ou nas lagoas?
21. Quais os equipamentos de pesca utilizados pelos pescadores?
22. Os pescadores são proprietários dos equipamentos de pesca ou são da associação?

23. Quais as espécies de peixes que são capturadas nas diferentes épocas do ano?
24. Como é comercializado o pescado capturado?
25. Qual é o mercado consumidor?
26. Como ocorre a forma de distribuição do pescado? É feito de forma igual a todos os pescadores?
27. Quem são os donos das embarcações?
28. Onde ocorre a divisão do pescado?
29. Onde os pescadores adquirem as redes de pesca?
30. Onde se encontram as residências dos pescadores em cada área?

**ANEXO IB****QUESTIONÁRIO APLICADO NA SEGUNDA ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-33**

1. Como a associação de pescadores esta organizada?
2. Como funciona a associação de pescadores?
3. Existem regras para integrar a associação de pescadores?
4. O que significa a associação dos pescadores para o Sr? Se a associação não existisse na comunidade, como o Sr. acha que seria para os pescadores?
5. Existe uma liderança nas comunidades? Como o Sr. vê essa liderança?
6. Existe um órgão governamental que auxilia na organização da atividade pesqueira?
7. Como os pescadores reagem à entrada de um novo membro na associação?
8. Nas reuniões da associação existem muitas discussões? O Sr. Percebe que existem grupinho dentro do grupo maior com interesses próprios?
9. O Sr. Acha que se grupo fosse menor, os associados seriam mais unidos em torno dos interesses do grupo.
10. No período do defeso, todos os associados respeitam a legislação ou existem membros da associação ou que não são associados que não respeitam.
11. As esposas dos pescadores, também participam da associação? Quais as atividades desenvolvidas por elas.
12. Tem outra forma de organização de comunidade que não seja a associação de pescadores?
13. Todas as pessoas que moram na comunidade são pescadores?
14. As pessoas que não podem mais trabalhar da comunidade por motivo de doença ou velhice, recebem alguma ajuda da associação dos pescadores?
15. Os pescadores pescam no rio, nas lagoas ou em alto mar?
16. Quais as espécies de peixes que são capturadas nas diferentes épocas do ano?
17. Quais os equipamentos de pesca utilizados pelos pescadores?
18. Os pescadores são proprietários dos instrumentos, são da associação? Ou são de terceiros?
19. Como é comercializado o pescado capturado?
20. Qual o mercado consumidor?

21. Como ocorre a forma de distribuição do pescado? É feito de forma igual a todos os pescadores?
22. Quem são os donos das embarcações?
23. Existe alguma cobrança entre os pescadores? Ou seja, os pescadores cobram esforços um do outro?
24. Os pescadores se preocupam com a poluição da água? De que forma reagem a isso?
25. Como os pescadores se relacionam com o espaço litorâneo?
26. Existe uma fiscalização nos períodos do defeso? Quem fiscaliza?
27. A pesca industrial interfere na pesca artesanal de alguma forma?
28. Existe alguma norma ou regra informal de apropriação do espaço litorâneo?
29. Como é o dia-a-dia de dos pescadores? O seu cotidiano?

**ANEXO IC****QUESTIONÁRIO APLICADO NA TERCEIRA ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-33**

1. Os pescadores têm consciência da quantidade de peixe do recurso de uso comum?
2. Existem indicadores de qualidade da água válidos? Vocês solicitam análise de água, vocês sabem se aquela água tá contaminada ou não.
3. Vocês têm uma previsão da quantidade de peixes que se aproxima da orla marítima?
4. Vocês acham que a quantidade de peixes que se aproximaram nos últimos anos é menor do que os anos anteriores?
5. Se vocês pegarem ou se chegar uma denúncia de um pescador que pesca no defeso ou pesca com a malha errada, o que vocês fazem?
6. Com relação aos apropriadores, eles têm noção de que se acabar os peixes a profissão deles também finaliza? Eles têm preocupação com isso ou não?
7. O órgão responsável pela fiscalização, fiscaliza sempre ou quando alguém denuncia?
8. E os pescadores também denunciam quando um pescador pesca a mais, muito mais do que o estipulado?
9. Existem pescadores que trazem algumas sugestões de administração, de organização, de planejamento nas reuniões ou não?
10. Os pescadores têm noção do seu limite territorial? Eles sabem até onde eles podem pescar?
11. Desde que a associação foi instituída as regras que foram estabelecidas são as mesmas ou elas mudam conforme as necessidades? Elas mudaram? Como essas informações chegam até o pescador?
12. Que atividades sociais vocês desenvolveram na colônia de pesca Z-33?
13. As comunidades que pertencem as colônias têm uma área delimitada?

**ANEXO II**

**QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM OS PESCADORES ARTESANAIS E  
LÍDERES DAS COMUNIDADES INSCRITAS NA COLÔNIA DE PESCADORES Z-**

**QUESTIONÁRIO APLICADO NA ENTREVISTA COM OS PESCADORES E LÍDERES DAS COMUNIDADES INSCRITOS NA COLÔNIA DE PESCADORES Z-33**

01. Em que ano o senhor nasceu? Em qual município?
02. A que comunidade de pesca você pertence?
03. Há quantos anos você mora nesta comunidade?
04. Quantas famílias moram nesta comunidade?
05. Há quantos anos está inscrito na colônia de pesca Z-33?
06. Na comunidade existe uma associação de pescadores? Quem manda? Existe uma liderança? Como é a gestão da associação?
07. Como a associação de pescadores esta organizada?
08. Existem regras para integrar a associação de pescadores?
09. A associação já teve um número maior de associados? Se a resposta for sim, quais os motivos que levaram a redução desse número?
10. Existe um órgão governamental que auxilia na organização da associação? Como ocorre esse auxílio?
11. Existem instituições que desenvolvem trabalhos comunitários na associação? Indicar as instituições e seus objetivos.
12. Todas as pessoas que moram na comunidade são pescadores?
13. Quais as outras atividades econômicas da comunidade, além da pesca?
14. No período do defeso, existem pescadores da comunidade exercem outras atividades econômicas? Indicar quais.
15. As pessoas que não podem mais trabalhar da comunidade por motivo de doença ou velhice, recebem alguma ajuda da associação dos pescadores?
16. Os pescadores pescam no rio ou em alto mar?
17. Quais os equipamentos de pesca utilizados pelos pescadores?
18. Os pescadores são proprietários dos instrumentos ou os instrumentos são da associação?
19. Quais as espécies de peixes que são capturadas nas diferentes épocas do ano?
20. Como é comercializado o pescado capturado?
21. Qual o mercado consumidor?



22. Como ocorre a forma de distribuição do pescado? É feito de forma igual a todos os pescadores?
23. Quem são os donos das embarcações?
24. Onde ocorre a divisão do pescado?
25. Onde os pescadores adquirem a rede para a pesca?
26. A pesca é realizada em alguma lagoa ou apenas em alto mar?
27. Como você define o cotidiano do pescador?

**ANEXO III**  
**QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO REGIONAL DA**  
**PESCA DA EPAGRI – IÇARA (SC)**

**QUESTIONÁRIO APLICADO NA ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO REGIONAL DA PESCA DA EPAGRI – IÇARA (SC)**

01. Em que ano o senhor nasceu? Em qual município?
02. Qual sua formação profissional?
03. Trabalha na Epagri desde que ano?
04. Trabalha com as associações de pescadores desde que ano?
05. Atende quais associações de pescadores?
06. Trabalha com a colônia Z33 desde que ano?
07. Como ocorre as orientações nas colônias?
  - As orientações são dadas desde o momento da pesca até a venda do produto?
  - Administração da colônia?
  - Participam de todas as reuniões da associação?
08. Qual o objetivo da EPAGRI com relação as colônias?
09. No período do defeso, quais os órgãos fiscalizadores?
10. Quais os órgãos fiscalizadores dos equipamentos de pesca?
11. No período do defeso, os pescadores realizam outras atividades econômicas para auxiliar na renda familiar.
12. Tem outra forma de organização de comunidade que não seja a associação de pescadores e a Epagri auxilia?
13. Todas as pessoas que moram na comunidade são pescadores?
14. Quais as espécies de peixes que são capturadas nas diferentes épocas do ano?
15. Os pescadores são proprietários dos instrumentos ou os instrumentos são da associação?

